

MÁRCIO HENRIQUE DE MORAIS BARONI

Bomfim: entre continente e nação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof^a. Dra. Élide Rugai Bastos

Este exemplar corresponde à Redação final da dissertação Defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27 / 03 / 2003

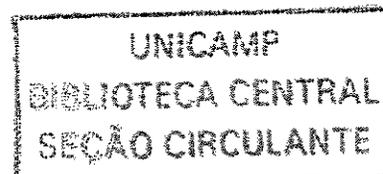
BANCA:

Prof^a. Dra. Élide Rugai Bastos (Orientadora)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. André Pereira Botelho

Fevereiro / 2003



UNIVERSIDADE / 9C
CHAMADA T/UNICAMP
B.268b
EX
IMBO BC/ 57814
COC 16-227-04
REGO 11,00
DATA 17/04/2004
CPD

CMO0196654-3

10 10 314879

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

B268b

Baroni, Márcio Henrique de Moraes
Bomfim : entre continente e nação / Márcio Henrique de
Morais Baroni - Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Élide Rugai Bastos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Bomfim, Manoel, 1868-1932. 2. Sociologia. 3. Brasil -
História. 4. América Latina. I. Bastos, Élide Rugai.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação é sempre pautada por um “problema” sobre o qual o candidato se propõe a refletir. Ele acaba, então, por capturar para sua órbita pessoas e instituições. São pessoas que se incorporaram à sua vivência há pouco; outras já eram referência em sua vida. Neste sentido, agradeço profundamente a todos que de alguma forma preocuparam-se com este trabalho e... comigo. À Prof^ª. Élide Rugai Bastos, minha orientadora, pela confiança, pela paciência com minhas limitações, pela enorme compreensão, sempre balanceando doses de estímulo e realismo, o que denota o imprescindível refinamento e sensibilidade ante as diferenças individuais. Aos Professores Fernando Lourenço e André Botelho, pela argúcia de ambos nas sugestões e observações, e pela reconhecida “solidariedade intelectual”. Ao Mestre e amigo Paulo Alves de Lima Filho, que sugeriu a leitura de Manoel Bomfim, *“um homem profundamente e seriamente preocupado com o Brasil, uma usina de temas...”*, motivando-me a estudá-lo. Ao grande amigo e Professor Sérgio Gertel, que chamou a atenção para o *espaço geográfico*: *“...o acontecimento histórico sempre tem um...lugar”*. Ao Professor José Fulanetti de Nadai, pelas boêmias que estimularam olhar para a nossa injusta e triste realidade pela lente da literatura. Ao Professor José Aluizio dos Reis Andrade pela “primeira filosofia”, na Unesp/Araraquara. Aos saudosos Professores Wilcon J. Pereira e Roberto Ventura, este pela sua única aula.

Agradeço também aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH, à Cristina especialmente, e à Beth da Secretaria de Sociologia, sempre solícitas. Aos funcionários da Biblioteca pela atenção e presteza.

Agradeço ao CNPq por assistir-me com 12 meses de Bolsa.

Agradeço, ainda, a todos os amigos do IFCH, principalmente por “ouvir-me” nos momentos de dificuldade, especialmente ao grupo de ingressantes de 2001, ao Márcio Nascimento, pela atenção especial, às amigas Elaine, Tatiana e Leonora, muito obrigado. Ao pessoal da Associação dos Pós-Graduandos do IFCH (APG), à amiga de

longa data Nádía, ao amável e perspicaz Raimundo Nonato e a todos ligados ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB).

Por fim , agradeço à maravilhosa Léia, “companheira de estrada”, pela união e dedicação. À mamãe Lázara, grande e “velha amiga”; aos meus irmãos, Adriano, Ricardo e Christiane, simplesmente por serem meus “irmãos”; à vovó Benedita, pela incessante preocupação conosco; aos meus sobrinhos Ana Júlia, Mateus e Eduardo, pelo amor que me fazem sentir; às queridas cunhadas Márcia e Rita, ao meu cunhado João. Aos meus tios e tias, primas e primos queridos, em especial Flora e Manoel, Carolina, Sandro e Manoela; a toda a família de minha companheira, junto aos quais sinto-me filho e irmão; aos meus antepassados, sem os quais eu não teria “história”; aos amados e inolvidáveis papai Josué, vovô Alfredo e avós Ângelo e Maria Lovato; e aos adoráveis amigos-irmãos Marcos e Heloísa, Hercílio e Cecília, Jaqueline e José Vítor; e aos distantes, mas caros, Gisela e João.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as relações Brasil/América Latina na obra de Manoel Bomfim. Para dar conta da indagação, abordaremos duas obras do autor e procuraremos mostrar como enfoca a singularidade do Brasil face às outras nações latino-americanas. Em *A América Latina: males de origem* Bomfim desloca a questão do atraso do âmbito racial, próprio de seu tempo, para o histórico-social. As nações do continente têm um desenvolvimento histórico comum, com determinações gerais, marca da colonização ibérica. Mas este passado comum não é condição bastante para se pensar a América Latina como uma *unidade*, concepção da qual nasce *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, primeiro livro de uma trilogia que se completa com *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. Há singularidades na formação social do Brasil que o diferenciam dos outros países latino-americanos. Neste sentido, procuraremos demonstrar quão importante foi a influência do historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Bomfim renega suas concepções, especialmente as baseadas no racismo científico, mas assimila outras, como procuraremos demonstrar.

ABSTRACT

The objective of this work is to contemplate on the theme of the relationships Brazil / Latin America in Manoel Bomfim's work. To give support of the inquiry, we will approach the author's two works and we will try to show how it focuses the Brazil singularity face to the other Latin-American nations. In *Latin America: origin evils* he moves the subject of the racial extent delay, own of its time, for the historical-social context. The nations of the continent have a common historical development, with general determinations, a brand of the Iberian colonization. But this past in common it is not a plenty condition to think on Latin America about an unit, conception from which is born *Brazil in America: characterization of the Brazilian formation*, first book of a trilogy that is completed with *Brazil in the History* and *Brazil Nation*. There are singularities in the social formation of Brazil that they differentiate it of the other Latin-American countries. In this sense, we will try to demonstrate how important it was the Portuguese historian's influence Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Bomfim renounces their conceptions, especially based them on the scientific racism, but he assimilates other, as we will try to demonstrate.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	p. 1
Um diálogo com a bibliografia	p. 3
A originalidade de uma reflexão	p. 11
CAPÍTULO I – CONTINENTE E NAÇÃO	p. 14
1. “ <i>A América Latina: males de origem</i> ”	p. 14
Questão racial e questão nacional	p. 15
Ciência e exploração, atraso e progresso	p. 22
2. <i>Parasitismo</i>	p. 31
<i>Parasitismo</i> como conceito histórico e social	p. 31
O conceito “biológico” e a história do <i>parasitismo social</i>	p. 35
O parasitismo e suas conseqüências	p. 38
3. Nação	p. 41
A especificidade do Brasil e a formação da nação	p. 41
Estado tardio	p. 46
CAPÍTULO II – OLIVEIRA MARTINS E BOMFIM: IBERISMO	p. 57
1. Oliveira Martins em Bomfim	p. 57
2. Iberismo e Americanismo	p. 67
O problema do Estado	p. 68
Escravidão e estratificação social	p. 73
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 81
BIBLIOGRAFIA	p. 85
1. Manoel Bomfim	p. 85
2. Geral	p. 86

INTRODUÇÃO

Manoel Bomfim nasceu no ano de 1868 e faleceu em 1932¹. O objeto de sua reflexão sociológica sempre foi a América Latina e o Brasil. Esquecido durante muito tempo, tem sido a pouco e pouco descoberto.

Bomfim teve formação em medicina, mas acabou por dedicar-se à educação. Escreveu, além de uma tese em medicina, livros didáticos para 1º e 2º graus – destaque para *Através do Brasil*, em parceria com Olavo Bilac – e nas áreas de sociologia, psicologia e história.²

Abordaremos sua visão através de duas obras: uma mais conhecida e estudada, *A América Latina: males de origem*³, de 1905, e outra menos conhecida, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*⁴, de 1929. A primeira trata a América Latina como um todo para explicar seu desenvolvimento histórico a partir da empresa colonial de Portugal e Espanha. Esta explicação é uma reação às concepções científicas e ideológicas baseadas na *raça* como fator explicativo do atraso de todo o continente. Estas concepções bio-positivistas dominam a cena intelectual latino-americana, e especialmente a brasileira, à época.

Em *O Brasil na América* Bomfim tratará especificamente do Brasil, como o subtítulo adianta: *caracterização da formação brasileira*. A particularidade da formação nacional brasileira será assim o tema central do livro.

Esta trajetória entre um e outro livro, que segundo o próprio Bomfim não deve ser compreendida como contradição⁵, é o fulcro de nosso trabalho. De um lado uma

¹ Manoel José do Bomfim nasceu no dia 08 de agosto de 1868, em Aracaju, Sergipe, e faleceu em 21 de abril de 1932, no Rio de Janeiro.

² BOMFIM, M., BILAC, O., *Através do Brasil*, S.P., Companhia das Letras, 2000. Organização e Introdução de Marisa Lajolo. 1ª edição: 1910. Outras obras de Bomfim constam de bibliografia ao fim deste Projeto.

³ BOMFIM, Manoel, *A América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, 4ª ed., Prefácios de Darcy Ribeiro, Franklin de Oliveira e Azevedo Amaral. 1ª edição: Rio de Janeiro, Garnier, 1905.

⁴ BOMFIM, Manoel, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, RJ, Topbooks, 1997, 2ª ed., Prefácio de Maria Thétis Nunes. 1ª edição: Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

⁵ *Id.*, *Ibidem*, p. 33.

unidade latino-americana aparece como defesa ante a concepção que têm de nós as nações européias e a América do Norte, como arma para o embate frente ao *racismo científico* e suas determinações positivistas articuladas àquelas concepções. De outro dá-se a análise da nação e suas particularidades: o Brasil.

Só recentemente Manoel Bomfim tem merecido atenção na forma de teses acadêmicas⁶. Dante Moreira Leite, Antonio Cândido, Aluizio Alves Filho, Flora Süssekind e Roberto Ventura trataram sua obra parcialmente, dando especial atenção ao livro *A América Latina: males de origem*. Antes, só a crítica feroz de Sívio Romero, após o lançamento do livro, e alguns comentários elogiosos na imprensa, valendo notar o de Álvaro Bomílcar⁷ no décimo aniversário de seu lançamento. Há, por fim, uma reunião de textos de Carlos Maúl, chamada *O Brasil*.⁸

No nosso caso, trata-se de abordá-lo com relação aos temas América Latina e o Brasil. A importância desta opção reside no fato deste tema estar na ordem do dia. Já formamos hoje – a despeito de circunstâncias conjunturais negativas – um bloco econômico com países vizinhos, o Mercosul. De outro lado está em andamento o processo de unificação das Américas, conhecido sob a sigla Nafta. Todas estas circunstâncias envolvem um tema de há muito debatido por intelectuais em todos os países da região. O tema, por sua vez, sempre esteve – e está ainda hoje – determinado por problemas fundamentais como: possibilidade da unidade latino americana, constituição da nação, civilização e barbárie, questão racial, iberismo e americanismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, emancipação e soberania. Por fim, resta dizer que estudar um autor, em especial Bomfim, é contribuir para o desenvolvimento da história do pensamento social no Brasil, e mesmo latino americano. No caso, como já afirmado, além de se tratar de um autor que mereceu relativamente pouca atenção, pode-se dizer que Manoel Bomfim foi o primeiro a abordar o tema

⁶ Cf. SILVA, J. M. de Oliveira, *Da Educação à Revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*, São Paulo, USP, 1990, Tese de Mestrado, Orientação: Prof. Dr. Marcos A. da Silva, (mimeo); BOTELHO, André Pereira, *O Batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*, Campinas, Tese/Unicamp, Orientação: Prof^a. Dra. Élide Rugai Bastos, 1997; AGUIAR, Ronaldo Conde, *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2000.

⁷ Informado pelas teses de José Maria de Oliveira Silva e Ronaldo Conde de Aguiar.

⁸ MAÚL, Carlos(org.), *O Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1935, Coleção Brasileira, vol. 47. Coletânea de textos de Manoel Bomfim.

América Latina no Brasil com tamanha profundidade, o “...menos ilustre mas sem dúvida o mais lúcido neste terreno...”⁹, segundo Antonio Cândido.

Um diálogo com a bibliografia

O livro *A América Latina: males de origem*, após sua publicação em 1905, recebeu forte crítica de Sílvio Romero, num livro homônimo, *A América Latina: analyse de livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, resultado de uma reunião de 25 artigos publicados numa revista chamada *Os Annaes*. Sílvio Romero fez uma detalhada análise do livro buscando erros, enganos, opções estilísticas, fontes, criticando especialmente o conceito de *parasitismo*¹⁰, o que não quer dizer que não tenha tratado da *questão racial*, de acordo com suas posições à época.¹¹ Segundo Ronaldo Conde de Aguiar e Roberto Ventura, Romero teria deixado de defender as teses confluentes da miscigenação e do branqueamento a partir de 1900. Portanto, tratou o livro de Bomfim e suas teses com os olhos de um *arianista* e a fé na superioridade da raça branca.¹² Portanto a importância de seu livro neste trabalho será a de estabelecer um contraponto às idéias postas em *A América Latina: males de origem*, especialmente em relação à *questão racial*. Deixando de lado os ataques desfechados por Romero a Bomfim, o interesse recai sobre o significado de Sílvio no âmbito da *questão racial*.

Dante Moreira Leite, analisando o livro de Bomfim em seu *O Caráter Nacional Brasileiro*, enfatizou o esquecimento e o explicou pelo fato de estar o autor à frente de

⁹ CANDIDO, A., *Os Brasileiros e a Nossa América in Recortes*, SP, Companhia das Letras, 1993. p. 132. Neste ensaio, Antonio Cândido analisa o pensamento brasileiro sobre o tema da América Latina. Esta afirmação se dá na passagem em que aborda o período 1880-1920, comparando Bomfim a Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Eduardo Prado e Oliveira Lima.

¹⁰ Cf. ROMERO, Sílvio, *A América Latina (analyse de livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*, Porto, Livraria Chardron, 1906, pp.49-50.

¹¹ Cf. AGUIAR, Ronaldo Conde de, *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2000, pp. 317-357. Nestas páginas estão presentes tanto um tratamento específico ao *A América Latina: males de origem*, bem como a recepção que o livro teve na época.

¹² Cf. *Id.*, *Ibidem*, p. 325; VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas culturais no Brasil – 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 63-64.

seu tempo. Apresenta ainda uma síntese de *A América Latina* e critica a paixão excessiva, falta de objetividade e um suposto “antilusismo estéril”. Considera positivo o combate às teorias racistas e a importância dada por ele à educação.¹³

Em 1979, Aluizio Alves Filho abordou *A América Latina: males de origem* com mais detalhe, numa perspectiva textual e contextual. Defende que Bomfim faz parte de uma herança intelectual que foi esquecida, que coloca povo, e não elite, como centro da reflexão. Nesta perspectiva, chama a atenção para o combate, presente na obra, às teses arianistas e à Doutrina *Monroe*, desvelando os verdadeiros interesses de europeus e norte-americanos, as nossas riquezas. Bomfim teria conseguido, ainda, “captar em linhas gerais a problemática estrutural do continente nos aspectos que derivavam de sua formação histórica, o que chamava de ‘males de origem’, ou seja: a economia agrícola, o trabalho escravo e a exploração pela metrópole a que elas estiveram sujeitas.”¹⁴ Desta forma o conceito de parasitismo explicaria dois aspectos: a exploração entre nações, de um lado, e a exploração entre classes, de outro. Além disto, o *parasitismo* teria outros efeitos funestos como a herança cultural, a educação bacharelesca e o conservadorismo político. Aluizio recupera ainda passagens de autores ligados às teses da inferioridade racial e à “má hereditariedade”, como Nina Rodrigues, Sívio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e, em certa medida, Alberto Torres, para contrapor-lhes a demonstração, por Bomfim, de que tais teses não teriam nenhum valor científico e dissimulariam intenções de domínio e poder, da Europa e da América do Norte, sobre a América Latina. Pois bem, a solução para esses males estaria na instrução pública, na educação. Assim, Aluizio aborda a solução da educação fazendo pequeno comentário sobre *Através do Brasil*¹⁵ e passando daí aos críticos de Bomfim e seu livro de 1905: Sívio Romero, Gilberto Freyre e Thomas Skidmore especialmente. Por fim, as razões do esquecimento são, para Aluizio, função de sua posição teórica e ideológica incômoda, social e academicamente falando.

¹³ Cf. LEITE, Dante Moreira, Manoel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas in *O Caráter Nacional Brasileiro*, São Paulo, Pioneira, 1969, pp. 275-281.

¹⁴ ALVES FILHO, Aluizio, *Pensamento Político no Brasil; Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979, pp. 16-17.

¹⁵ A primeira edição da obra, como já informado, é de 1910. Usamos aqui a última edição, com Organização e Introdução de Marisa Lajolo: BOMFIM, M. & BILAC, Olavo, *Através do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Uma outra abordagem da obra de Bomfim, e que não se restringiu a *A América Latina: males de origem*, mas tratou ainda, embora com menos profundidade, à trilogia formada por *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, é a de Flora Süssekind e Roberto Ventura¹⁶. Os autores abrem a Nota Introdutória comentando os motivos do esquecimento a que Manoel Bomfim foi relegado. Procuram fazer uma análise da obra sócio-histórica de Bomfim, levando em conta seu discurso, a par de uma análise sociocultural, que naturalmente vai desde o lançamento de *A América Latina* até a *O Brasil Nação*. Mas esse discurso seria um *contradiscurso*, na medida em que se daria “...por dentro da linguagem criticada e a partir das mesmas categorias, revertendo contudo o emprego destas. Nem se trata de um discurso que se pretenda oposto ao discurso ideológico. É antes um discurso crítico que explora as contradições do discurso dominante.”¹⁷ Baseados na teoria da linguagem e na análise do discurso, os autores não relacionam o esquecimento a que Bomfim foi relegado apenas ao *A América Latina: males de origem*. Mesmo avançando da proposta ilustrada, presente neste livro, à proposta de uma revolução social n’*O Brasil Nação*, 25 anos depois, Bomfim foi marginalizado:

“...operam-se, no texto de Bomfim, deslocamentos ao influxo das transformações no processo social brasileiro, o que não impede, contudo, sua colocação à margem.”¹⁸

O importante, na análise destes autores, não é tratarem na obra aquilo de original e ousado, que tem sido objeto de outros estudos, e sim tratar, ao conceito de parasitismo, como sendo uma relação de dois tipos básicos. Um deles a relação entre colônia e metrópole, que conceituaríamos hoje *imperialismo* ou *dependência*; outro entre classes, hoje uma *relação de dominação entre classes*. A preocupação com apropriação de valor por umas classes ou nações com relação a outras não partiria de

¹⁶ SÜSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo, Ed. Moderna, 1984

¹⁷ *Id.*, *ibidem*, p. 16.

¹⁸ *Id.*, *ibidem*, p. 20.

categorias econômicas. “*Não sem certa ironia*”¹⁹, na acepção dos autores, pode-se falar em uma teoria biológica da mais-valia. Mais adiante observarão, por exemplo, que as metáforas ligadas ao parasitismo, na definição do papel do Estado, não seria um privilégio de Bomfim, pois Marx teria feito uso do parasitismo para caracterizar o Estado, em *A Guerra Civil na França*. A solução dos dois para o problema seria coincidentemente a mesma: a destruição do Estado *parasita*.²⁰ Por fim, Flora Süssekind e Roberto Ventura afirmam:

*“Move-se (Bomfim), pela crítica, entre uma linguagem ‘velha’ e uma ideologia ‘nova’, terreno ambíguo que trava uma possível eficácia de seu texto enquanto práxis. O recalque deste texto é a indicação mesma da dificuldade de sua recepção. À época por suas rupturas ideológicas; posteriormente, por sua utilização de uma rede metafórica tida como superada”*²¹

A primeira atenção de Antonio Cândido à obra de Bomfim se deu na produção do verbete “Sociologia no Brasil”, da *Enciclopédia Delta Larrousse*. Cândido abre o texto com uma periodização da evolução da sociologia no Brasil. Naturalmente Manoel Bomfim pertence à primeira fase, que vai de 1880 a 1930, quando se produzem as grandes interpretações do Brasil por intelectuais não especializados. Ele não teria, segundo Antonio Cândido, a importância de Alberto Torres ou Oliveira Vianna, mas seria digno de menção pelo livro *A América Latina: males de origem*.²² Mais tarde, em *Literatura e Subdesenvolvimento*, colocará Bomfim entre os escritores de ideologia *ilustrada*, de um período pré-1930, quando a noção de *país novo* era comum entre nós, compondo um ideário em que incompletude e possibilidades de progresso resultavam o que ele chamou de “*consciência amena do atraso*”. Nesta linha, Cândido deduz da

¹⁹ *Id.*, *ibidem*, p. 42.

²⁰ *Id.*, *ibidem*, pp.47-48.

²¹ *Id.*, *ibidem*, p. 56.

²² Cf. CANDIDO, A., “A Sociologia no Brasil” in *Enciclopédia Delta –Larrousse*, vol. 4, Rio de Janeiro, Delta, 1964, pp. 2110-2111.

análise de *A América Latina* que “...quando tudo levava a uma teoria da transformação das estruturas sociais como condição necessária, ocorre um decepcionante estrangulamento da argumentação e ele termina pregando a instrução como panacéia.”²³ Já em 1990, Cândido publicará *Radicalismos*, análise do pensamento de Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Manoel Bomfim onde, a nosso ver, faz uma abordagem mais justa deste, ao reconhecer que mais tarde, n’*O Brasil Nação*, “...ele chegaria ao termo lógico das suas idéias e preconizaria a transformação revolucionária para resolver a marginalização histórica do povo.”²⁴ Outra referência importante de Antonio Cândido a Manoel Bomfim aparecerá num artigo²⁵ que indica a produção do pensamento brasileiro sobre a América Latina, considerado o período entre os anos de 1880 e 1920. *A América Latina: males de origem* deveria sua origem a um parecer de Bomfim dado ao único compêndio de História da América, apresentado pelo historiador Rocha Pombo, ao concurso promovido pelo diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Medeiros e Albuquerque, em 1897. Cândido faz rápida exposição da abordagem de Bomfim sobre o atraso da América Latina, suas causas e efeitos, privilegiando suas teses sobre o conservantismo inerente às nossas elites, como o fizera em *Radicalismos*, artigo supra citado. É interessante notar que Antonio Cândido pensa em Bomfim como alguém que enfrenta “...o problema do ‘americanismo’ sem paixão nacionalista, de um ângulo que procura superar a visão unilateral das elites e das versões convencionais...com firme consciência continental...e procurando exprimir a posição do subcontinente espoliado e atrasado”.²⁶

A primeira tese universitária com a qual nos deparamos em nossa pesquisa bibliográfica foi defendida em 1990, na Universidade de São Paulo, por José Maria de Oliveira Silva²⁷. Seu interesse foi “*analisar ...a configuração que o escritor de A América Latina assumiu na crítica da teoria da inferioridade racial; se sua polêmica com outros*

²³ *Idem*, *Literatura e Subdesenvolvimento in A Educação pela Noite e outros ensaios*, São Paulo, Ed. Ática, 1987, pp. 140-162. A citação está entre as páginas 146-47. O texto, conforme informa o próprio autor ao final desta edição, foi publicado em língua portuguesa na revista *Argumento*, I, 1, outubro/1973.

²⁴ *Idem*, *Radicalismos in Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 4/8, 1990, p. 17.

²⁵ *Idem*, *Os Brasileiros e a nossa América in Recortes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 130-139.

²⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 136-137 e 139.

²⁷ SILVA, J. M. de Oliveira, *Da Educação à Revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*, São Paulo, USP, 1990, Tese de Mestrado, Orientador: Marcos A. Silva, (mimeo).

*escritores desvendou outros interesses sociais em tal mito e se ultrapassou a visão homogeneizadora dos intelectuais da classe dominante sobre a questão racial.*²⁸ Sua preocupação passou pela questão do nacionalismo na obra de Bomfim, abordando-a sob dois aspectos: a ideologia nacionalista latino-americana ante o imperialismo dos Estados Unidos e as suas contradições como teórico do caráter nacional; e seu nacionalismo ante nossa história e proposta de uma revolução nos moldes da mexicana como solução dos nossos problemas. Tratou ainda de seu caráter ilustrado, abordando a educação em sua obra, outras propostas que também viam nela a solução dos nossos problemas, bem como o debate sobre o papel do Estado quanto ao tema. Analisou a sua idéia de *progresso* e a *“teoria do parasitismo no contexto do surgimento da sociologia.”*²⁹ Define-o desde o início, como um *liberal radical*.

A obra mais editada de Bomfim foi *Através do Brasil*, escrita com Olavo Bilac. Esta obra mereceu atenção, em meio a uma análise literária e social de entre finais do XIX e as primeiras duas décadas do século XX, feita por Antonio Dimas³⁰. Tratar-se-ia de um romance de formação, um *“bildungsroman’ juvenil”*³¹, onde se conjugariam a formação intelectual e do caráter dos jovens e a informação e integração da nação, enfim um encontro entre formação do cidadão e da nação. Socialmente, a nação se exprimiria por sua gente, seu povo, integrado por mecanismos de *solidariedade* e complementaridade, representados pela relação dos personagens Juvêncio, Carlos e Alfredo. Neste sentido a educação teria papel de integrador social e nacional a um só tempo.

O tema da educação na obra de Bomfim será abordado por André Pereira Botelho na tese *O Batismo da Instrução*.³² *“A educação como redenção nacional...”* seria *“...a problemática em torno da qual se organizam a reflexão, a obra e a própria atuação político-intelectual de Manoel Bomfim no contexto social da Primeira República.”* Neste caso trata-se de análise de *Através do Brasil*, livro emblemático de

²⁸ *Id.*, *ibidem*, pp. 8-9.

²⁹ *Id.*, *ibidem*, p. 12.

³⁰ DIMAS, A., A encruzilhada do fim do século in Ana Pizarro (org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*, São Paulo, Fundação Memorial, Campinas, Unicamp, 1994, vol. 2.

³¹ *Id.*, *ibidem*, p. 550.

³² BOTELHO, André P., *O Batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*, Campinas, Tese/Unicamp, Orientação: Prof^a. Dra. Élide Rugai Bastos, 1997.

uma “*determinada idéia de ação educativa*”, um produto da ação do próprio autor até o final da vida. Segundo André, a “...ênfase na educação teria permitido a Bomfim afastar-se do ‘paradigma’ biológico...”³³, redimir-nos do atraso e inserir-nos na modernidade. *Através do Brasil* teria, ainda segundo André, como para Antonio Dimas, o caráter de um *romance de formação*. A estrutura da obra e a proposta de ser uma grande lição surgiria no contexto de uma sociedade recém saída do Império e baseada no trabalho compulsório, ela mesma num processo de reordenação e reformulação. Esta reforma só chegaria a bom termo se compelida pela *instrução massiva*, pela educação, produzida por uma *ação educativa*. Não foi à toa que Bomfim chegou ao final de A América Latina, em 1905, escrevendo: “*Utopia...Utopia...repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim...A utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro melhor*”³⁴. Ele tinha um projeto...

A mesma interpretação de *Através do Brasil* como sendo um *romance de formação*, aparecerá na introdução de Marisa Lajolo à última edição do livro. Neste sentido, *Wilhelm Meisters Lehrjahre*, de Goethe, seria, como costuma ser considerado, modelar. No caso “...é como transculturação da literatura escolar e infantil européia que *Através do Brasil encontra uma de suas genealogias...*”³⁵ O livro seria ainda uma literatura de viagem, de que Lajolo dá exemplos históricos desde a antigüidade até a modernidade. Há ainda exemplos na literatura nacional, de *Iracema*, de José de Alencar, a Mário de Andrade e seu *Macunaíma*.³⁶ No caso de nossa literatura, no caso do Brasil, a singularidade se inscreve na busca da *integração nacional* consolidada justamente por *Macunaíma*, segundo Marisa Lajolo. Ainda segundo ela, “...*identificam-se projetos simétricos e recorrentes, que bem podem constituir a contraface estética de um projeto ideológico e político sempre inconcluso e recorrentemente reiniciado...*”. Isto ocorre porque estes projetos se articulam “...*a uma ou outra fração da elite brasileira*”³⁷. Essa elite hegemônica tentaria sempre homogeneizar o que é nossa diversidade

³³ *Id.*, *Ibidem*, p. 1.

³⁴ BOMFIM, Manoel, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 4ª ed., p. 351.

³⁵ BOMFIM, M. & Bilac, O., *Através do Brasil*, S.P., Companhia das Letras, 2000, Org. Marisa Lajolo, p.

25.

³⁶ *Id.*, *Ibidem*, pp. 25-27.

³⁷ *Id.*, *Ibidem*, pp. 28-29

cultural. Todo este quadro constituído pela autora, ela o faz sem perder de vista o contexto histórico-social e econômico do Brasil na passagem entre os séculos XIX e XX.

Resta-nos comentar o último trabalho sobre Bomfim, premiado pela ANPOCS/1999 melhor Tese de Doutorado, uma biografia sociológica, segundo o próprio autor, Ronaldo Conde de Aguiar. Trata-se de *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*.³⁸ O título já adianta o tamanho da empreitada: dosar contexto, texto e a própria história pessoal de Bomfim. O resultado acaba por ser, em alguns momentos, conturbado, como o é por vezes a própria vida. Em alguns pontos Ronaldo repete a mesma informação, dada páginas antes, ao tomar um tema posto por texto ou mesmo por contexto, campos em que se dão os inúmeros combates de Bomfim, teóricos ou políticos. Os vínculos entre contexto, texto e a vida, ao serem interpretados a um só tempo, talvez provoquem algumas recorrências temáticas que entrelaçam as três esferas. De qualquer forma o autor privilegia importantes momentos da vida pessoal e familiar de Manoel Bomfim, tratando-o como pessoa real e personagem a um só tempo, na medida em que entremeia texto, contexto e a sua própria vida. É logicamente impossível ser diferente. Trata-se sempre de uma interpretação, de uma análise prosseguida de posterior recriação de um ambiente, de uma atmosfera. Assim também trata a vida pública de Bomfim, como deputado, professor, secretário de educação, com amigos e inimigos ou adversários e aliados. Em parte o próprio tema deste Projeto aparece comentado no livro de Ronaldo³⁹, quando trata especialmente de *A América Latina: males de origem*, no capítulo XI. No mais, temas caros a Bomfim como racismo científico, educação, política, elites, trabalho e exploração, nacionalidade, são abordados e pontuados, mas não desenvolvidos. Ronaldo não aprofunda temas, e nem poderia, pois não é seu propósito. Oferece-nos, contudo, um retrato de um intelectual respeitável, de um político pragmático, que dedicou-se determinadamente à causa da instrução pública, sem o que, acreditava, não sairíamos do atraso. Ronaldo esforça-se, e consegue em larga medida, fazer justiça a

³⁸ AGUIAR, Ronaldo Conde – *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2000

³⁹ *Id.*, *Ibidem*, pp. 303-306.

um intelectual que a memória, especialmente a acadêmica, só há pouco começou a restituir.

A originalidade de uma reflexão

A América Latina: males de origem surgiu por conta da constatação que o autor fez da visão preconceituosa que “governos, sociólogos e economistas europeus”⁴⁰ tinham da América Latina, quando de sua estada em Paris, entre agosto de 1902 e abril de 1903⁴¹. No caso, éramos vistos como inferiores, racialmente inferiores, naturalmente inferiores, incapazes de nos governarmos. Por isto, conformávamos um continente todo de atraso. Neste caso, a instância biológica-natural positivista, baseada no evolucionismo, configurava a justificativa científica daquele atraso. Tal constructo encontrava guarida entre nós, os que procurávamos explicar e dar solução para os males que nos acercavam, como por exemplo em Sílvio Romero, Euclides da Cunha, contemporâneos de Bomfim, com sobrevida em Oliveira Vianna.⁴²

Bomfim analisa e constata que os *males* são *de origem*, que a instância explicativa de tais males é histórica e não naturalista ou biológica.⁴³ Este é o marco revolucionário dessa obra. Ela se põe como contradiscurso, como oposição ao *status quo* científico, ao positivismo – “entre nós...antes de tudo um clima de opinião”, segundo Paulo Arantes, expressão simbólica da República, às raias de se consagrar na bandeira com uma de suas frases, de que se serve a *elite de bacharéis*: *Ordem e*

⁴⁰ Cf.: *idem*, *A América Latina: males de origem*, p. 38.

⁴¹ Bomfim esteve estudando na Sorbonne, entre 2 de agosto de 1902 e abril de 1903, no laboratório de psicologia experimental, com Alfred Binet e Georges Dumas. Cf. AGUIAR, Ronaldo Conde – *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2000, p. 251.

⁴² Cf.: ALVES FILHO, Aluizio, *idem*, 27-38; SÜSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto, *ibidem*, especialmente pp. 25-32; Sobre o caráter ideológico que estes conceitos ganharam, justificando o colonialismo e sua influência no Brasil, especialmente nos três autores citados, vide: SODRÉ, Nélson Werneck, *A Ideologia do Colonialismo*, Petrópolis, Vozes, 1984; SKIDMORE, Thomas E., *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

⁴³ Cf.: BOMFIM, Manoel, *A América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, 4ª edição, pp. 242-48.

Progresso.⁴⁴

Tal análise desenvolve-se, contudo, com o uso de conceito oriundo da biologia, o conceito de *parasitismo*. No caso, os males de origem são advindos da exploração das outras nações sobre nós, desde o *exclusivo comercial* ou *mercantil*⁴⁵. Contudo tal circunstância não se restringe à órbita externa – à relação colonial – mas se expressa internamente como *parasitismo social*, como exploração de uma *elite* ou *classe* dominante sobre o povo, pois que os efeitos da colonização se refletem em toda a vida social.⁴⁶

A opção pela investigação da história na busca de explicações de nós mesmos, de nossa formação, de nosso atraso, pelo que “...*Basta observar, sabendo observar, penetrando o nevoeiro das aparências, dominando o desencontro dos detalhes, para achar o fundo sólido das causas reais...*”⁴⁷, leva Bomfim a constituir um discurso que se constrói centrado no povo, onde não aparecemos inferiores, mas inferiorizados.

A reflexão sobre a *nação*, a *formação nacional*, não deveria partir da questão racial. Ela deveria ter raízes históricas e deveria ser enfrentada como tal, como escreveu Bomfim: “*Mas dizem uns: na América do Sul, o cruzamento foi funesto porque se fez entre raças essencialmente diversas... Ora, quem conhece a história de tais repúblicas sabe que a causa é toda de ordem política; ela deriva exclusivamente das condições históricas da colonização.*”⁴⁸

Ou seja: a um só tempo Bomfim desmistifica ideologicamente e cientificamente a questão racial e identifica historicamente os nossos problemas. Propõe que o atraso latino americano⁴⁹ tem determinações históricas e que a natureza destas

⁴⁴ Cf.: sobre positivismo, República e bacharelismo: BOMFIM, M., *idem*, pp. 201-3/168-74; O Positivismo na República in *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, RJ, Topbooks, 1996, 2ª edição, pp. 431-35; HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*, SP, Companhia das Letras, 1995, 26ª edição, pp. 153-67; ARANTES, P. E., O Positivismo no Brasil in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 21, SP, julho de 1988; ROMANO, R., A Astúcia do Positivismo in *Brasil: igreja contra estado; crítica ao populismo católico*, SP, Kairós, 1979, p.118-139;

⁴⁵ Bomfim se referia como *exclusivo comercial* ou *mercantil* ao que seria para nós, hoje, o *exclusivo metropolitano*.

⁴⁶ Cf.: BOMFIM, Manoel, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993, 4ª edição, p. 127. Cf. também sobre o conceito de parasitismo in SÜSSEKIND, F. & VENTURA, Roberto, *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo, Ed. Moderna, 1984, pp. 11-59.

⁴⁷ Cf.: BOMFIM, Manoel, *A América Latina...*, p. 322.

⁴⁸ *Id.*, *Ibidem*, p. 261.

⁴⁹ Vale, neste momento, ressaltar que Bomfim nos denomina *neo-ibéricos*.

determinações é a mesma para todos os países da região: a colonização e sua herança.

Há, contudo, particularidades que tornam o Brasil diferente das outras *nações neo-ibéricas*, e mesmo das de colonização espanhola. Em *O Brasil na América*, Bomfim recoloca historicamente o Brasil no contexto latino americano, a partir do empreendimento mercantil de Portugal e Espanha. Isto porque tal empreendimento era *o ponto comum que unia o continente, sendo cada uma destas nações marcada por suas particularidades*. O Brasil, mais ainda, constituiu-se especificamente no quadro do continente. A expressão *América Latina* procurava igualar, homogeneizar nações soberanas, por trás do que estaria justamente o papel ideológico do racismo científico, do naturalismo positivista, contra o que o próprio Bomfim havia escrito, 24 anos antes, *A América Latina: males de origem*. Existiria em *O Brasil na América*, deste modo, uma solução de continuidade, o que representaria um movimento – entre *A América Latina: males de origem* e *O Brasil na América* – do geral ao particular.⁵⁰ Paralelamente há a maturação de um nacionalismo popular desde a primeira obra, que culminaria na proposta de uma revolução nacional-popular como primeiro passo para a solução de todas as nossas mazelas, presente em *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*.⁵¹

É justamente este movimento do geral para o particular, entre as duas obras citadas, que pretendemos problematizar, porque a ele confluem outras questões próprias ao autor e ao período, ou seja, a formação da nação, os entraves próprios de nações jovens e atrasadas e ao mesmo tempo o projeto, a proposta, a utopia, as possibilidades de uma só América, de uma Indoamérica, de uma pátria grande.

⁵⁰ Cf. BOMFIM, Manoel, *O Brasil na América*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 31-36.

⁵¹ Cf. BOMFIM, Manoel, *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

CAPÍTULO I

CONTINENTE E NAÇÃO

1. “A América latina: males de origem”

O livro *A América Latina: males de origem* (1905) foi escrito com objetivo de abordar o problema do *atraso* da América Latina. O autor, estando em Paris, observou que a opinião pública européia tinha uma visão do continente como que sendo formado por povos “*inferiores*” e “*incapazes de constituir verdadeiras nações*”, assim, decidiu reunir notas acumuladas “...*durante nove anos...*”, observando:

*“Nem mesmo tenho os livros que me inspiraram...Essas mesmas [notas], agora desenvolvidas, já as apresentei, em parte, resumidamente, num parecer, prefácio à excelente História da América de Rocha Pombo, parecer que deriva justamente desta preocupação...”*⁵²

Para tratar a questão, na análise da formação social latino americana, Bomfim empresta à biologia o conceito de *parasitismo*, e adapta-o, como veremos, à análise histórico-social, criando o conceito de *parasitismo social*. Neste caso, a categoria corresponde ao processo de exploração entre nações e entre homens, respectivamente, ao estatuto colonial do *exclusivo metropolitano* e da exploração do *trabalho compulsório*. Estruturará o livro, amalgamando organicamente toda a reflexão

⁵² BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, p. 34/5.

às conseqüências do processo na vida econômica, política e cultural do continente. Ademais, propõe que na ocorrência de *parasitismo social* o parasitado ainda mantém a capacidade de se livrar desse procedimento e evoluir, alcançando certo nível de independência. No caso das sociedades latino-americanas, para alcançar essa meta seria urgente o rompimento com o passado colonial, a herança política, econômica, social e cultural ibérica, instruindo radicalmente o povo; isso se configuraria *remédio* para os *males* do continente.

Questão racial e questão nacional

Com a crise da ordem escravocrata e, conseqüentemente, da monarquia, os intelectuais da chamada *geração de 1870* do Brasil, foram tomados pela inquietação em relação ao problema da nação.

Quando falamos da centralidade da tese sobre a questão racial e a ligamos às reflexões da geração brasileira de 1870⁵³ não podemos esquecer que essas discussões estão assentadas em um quadro de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que atravessam a sociedade nacional. Comentários, análises e propostas anteriores, e mesmo contemporâneas a essa data, buscam difundir a crença sobre a existência de relações originais entre negros e brancos no Brasil. Isto é, se comparada com outros países, principalmente os Estados Unidos, a sociedade brasileira seria marcada pela harmonia entre as raças. Ou ainda, as tensões, os conflitos e os problemas que acarretam a inorganicidade social não decorreriam das relações assimétricas resultantes da escravidão e sim da composição racial do povo.

Assim, é a avaliação sobre os resultados sociais da Lei do Ventre Livre que aciona as formulações sobre a formação de um país mestiço. A partir de 1871, a

⁵³ Acentuamos o fato de ser a geração brasileira de 1870 para diferenciar da geração portuguesa de 1870, da qual faz parte o historiador português Oliveira Martins, personagem significativo dos debates que envolverão Silvio Romero e Manoel Bomfim.

sociedade deveria incorporar como iguais negros brasileiros nascidos livres. Com o processo abolicionista opera-se um desmonte dos princípios sociais que articulam a sociedade nacional. Parte dos intelectuais do período organizam suas idéias na direção de “restauração” dos princípios de excludência social que até então garantiam a ordem, desqualificando o povo, dados os “resultados” do amálgama racial que o inferiorizaria.⁵⁴

Ilustrativas desse quadro são as palavras de Silvio Romero escritas em 1906:

*“A República teve a vantagem de revelar este querido povo brasileiro tal qual é, entregue a si próprio ou aos seus naturais diretores, o que vem a ser a mesma coisa. Os vícios e defeitos de sua estrutura social tornaram-se patentes aos observadores imparciais e cultos. Até a independência, este amado Brasil tinha aparecido sempre sob a tutela da realeza portuguesa, que o havia dirigido, guiado, afeiçoado, por assim, dizer, ao sabor de seus planos e designos, até onde governos podem influir na estrutura das massas populares, sobre as quais lhes cumpre velar. No regime passado, igual tutela havia sido exercida pela monarquia nacional...Poder-se-ia dizer que havia uma força estranha a estorvar o povo no seu andar normal e próprio. Hoje, este obstáculo jaz desfeito: não existe mais tal embaraço ou tal desculpa...”*⁵⁵

Isto é, a abolição e a República representam a “permissividade” resultante da formulação do princípio da igualdade. Assim, o argumento contra o texto de Bomfim tem como móvel a reposição da tese da desigualdade ancorada na afirmação da inferioridade racial dos povos não brancos:

⁵⁴ Sobre a importância da compreensão do contexto onde se desenvolvem as idéias racistas consultar: CORRÊA, Mariza, *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, 2ª ed. Revista, Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

⁵⁵ ROMERO, Silvio, *A América Latina (analyse de livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*, Porto, Livraria Chardron, 1906.

“A condição de igualdade formal extensiva a toda a população resultante da abolição, representava uma ruptura face à aceitação secular do princípio de desigualdade sustentador das relações escravocratas. Colocava-se então, o desafio da integração dos ex-escravos ao conjunto da população. Algumas das teorias do período, marcadas pelo racismo, tiveram como efeito a continuidade do estado de marginalização de negros e mulatos ao manter o princípio explicativo da desigualdade racial. A partir da aceitação das teses sobre a inferioridade física, psicológica e moral das raças não brancas, e avaliando as conseqüências disso sobre a mestiçagem, funda-se o debate sobre a necessidade de uma política de branqueamento para o Brasil. Assim articula-se na análise a necessidade de uma evolução simultânea da raça, da sociedade e das instituições políticas.”⁵⁶

A questão nacional entra assim, na ordem do dia do pensamento brasileiro de então. Afinal, o negro, com a abolição, comporia de qualquer forma o quadro social do país, seja como membro em igualdade de condições, seja negado como cidadão, seja considerado como ser de segunda categoria, compondo com os mestiços de origem africana ou descendentes de indígenas. Em diferentes momentos, nos diferentes países da América Latina, a questão da assimilação de negros e indígenas à população de origem ibérica se colocou, também, aos respectivos grupos de intelectuais. É importante ressaltar que em todas elas a questão racial é pensada e “resolvida” de alguma forma, pois persiste como problema do índio, como problema do negro, problema do mestiço ou do imigrante europeu. De acordo com Octavio Ianni:

“A formação do pensamento latino-americano pode ser vista como a história da idéia de América Latina...diz respeito à paulatina construção de uma problemática própria, na qual espelham-se

⁵⁶ BASTOS, Élida Rugai. *Visão do negro antes e depois de Gilberto Freyre*. Jornal da Tarde, 18/11/95, p.4. Para uma reflexão mais ampla sobre o assunto Cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, ou históricas de cada nação. Uma problemática que diga respeito a esta ou àquela nação, nesta ou naquela época, mas que expressa algo ou muito da América Latina como um todo...⁵⁷

Assim, a *questão nacional* foi, de qualquer modo, com diferenças de tempo e lugar, transformada em *questão racial*. Como tal, ela sempre se compôs em grande medida, de “europeísmo”, ou até, a despeito do contra-senso, eurocentrismo. Isto acontecia na medida em que a questão racial era apreendida e se colocava dentro de padrões de pensamento estritamente europeus, baseados na tríade branco, civilizado e, portanto, *superior*. Estes padrões se colocavam e por fim se contrapunham ao latino-americano, ao negro, ao índio, ao miscigenado – mesmo que esse apresentasse forte componente branco, pois que não sendo puros seriam tão incivilizados e inferiores quanto os “negros puros” ou os “índios puros”.

A questão racial, presente no pensamento social latino-americano é um dos componentes do contraponto *civilização* e *barbárie*, par analítico construído para dar conta dos desencontros presentes nas sociedades constitutivas do continente: moderno/tradicional, novo/velho, branco/mestiço, liberalismo/caudilhismo, rural/urbano, direitos/violência. Essa construção, embora fictícia, acaba por operar uma cisão na realidade, corte que resulta na justificação de soluções de caráter social e político que excluem larga parte da população. Em outros termos, o dualismo que aparece na interpretação legitima um tratamento político que tem como consequência a instauração de duas esferas diferenciadas na sociedade, as quais garantem a assimetria das relações sociais e, portanto, da desigualdade.

“Poucos colocam-se as relações recíprocas entre os dois pólos do dilema. Não se interessam pelo contraponto escondido na oposição. Contentam-se com a impressão de que se trata de dualismos, dualidades básicas ou estruturais. Como se fosse possível o arcaico

⁵⁷ IANNI, Octavio, *O Labirinto Latino Americano*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1993, p. 9

*sem o moderno, a cidade sem o campo, a compostura constitucional na capital sem a violência aberta no campo, serra, pampa, sertão...O contraponto está em que a civilização produz a barbárie, ambas engendram-se reciprocamente, uma inexiste sem a outra.*⁵⁸

Essa questão sobre a heterogeneidade da América Latina está no cerne dos debates sobre a questão nacional, isto é, sobre como se forma e transforma a nação.

Dois elementos estão sempre presentes nesses embates, seja na obra dos pensadores de língua espanhola ou dos de língua portuguesa. De um lado, nessas discussões lembra-se constantemente as relações tensas da colônia com a metrópole, diálogo que não se finda com o processo de independência. De outro, os resultados da colonização e do escravismo, que marcam essas sociedades com um traço indelével: a diversidade racial, religiosa, regional, cultural, econômica. Aqui está o grande tema do ensaísmo latino-americano, o que faz sua grandeza e sua debilidade.

Tendo a raça como crivo, as desigualdades sociais eram analisadas e, especialmente, justificadas a partir daquilo que convencionou-se chamar *racismo científico*, sendo as desigualdades raciais responsáveis pelas desigualdades humanas, o que, em última instância, tornava as desigualdades sociais “naturais” ou determinadas pela natureza. Nina Rodrigues é representante brasileiro radical deste paradigma biológico:

“Nas próprias classes sociais em perpétua luta entre si pela hegemonia, a antropologia entrevê as verdadeiras razões para seu antagonismo, para além das diferenças puramente econômicas e estabelece que, mesmo aqui se trata de elementos étnicos ainda não fundidos, ou sobrevivendo psicologicamente distintos, mau grado a

⁵⁸ *Id., ibidem.*, p. 15.

*secular mistura, no mesmo solo, das diversas estirpes de que provieram.*⁵⁹

Além disso, o autor propõe a *neutralidade* da ciência ao afirmar, referindo-se à raça negra, que “...para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural...” não tendo “...O critério científico da inferioridade da raça negra nada de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos”⁶⁰ O racismo como ciência tem a defendê-lo o pressuposto de “verdade absoluta” da própria ciência, que em nenhuma hipótese deve-se negar. Assim é que se justificava a dominação, a exclusão, as diferenças sociais entre homens, e nesta linha, entre nações.

É importante salientar que as concepções racistas têm diferentes nuances sobre a mesma base naturalista. Um exemplo clássico é o de Silvio Romero. Até 1900 ele era otimista quanto ao futuro da nação na medida em que, sem deixar de saudar a superioridade da raça branca – e por isso mesmo – acreditava que as raças inferiores seriam fatalmente assimiladas por ela, ou seja, acreditava no *branqueamento*, num processo de melhoramento da raça, ou seja, na eugenia.⁶¹ Após este ano, de acordo com Roberto Ventura, Romero “...passou a aceitar as teorias arianistas contrárias à mestiçagem, que antes rejeitara.”⁶² Outro exemplo de recepção das teses arianistas é dado por Manoel Bomfim: “Um dos mais longos e constantes no lastimar a inferioridade

⁵⁹ RODRIGUES, Nina, *Os Africanos no Brasil*, Cia. Ed. Nacional, 1932, p. 16.

⁶⁰ *Id.*, *ibidem*, p. 14.

⁶¹ Para verificar como o tema reflete uma política mais geral de dominação, Cf. HOBBSBAWN, E. J., As certezas solapadas: as ciências, cap. 10, *in A Era dos Impérios*, (1875-1914), Paz e Terra, RJ, 1992, sobre eugenia. O branqueamento se conseguiria através da mistura de imigrantes europeus com a população negra e mestiça, o que eliminaria estas últimas.

⁶² VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical*, Cia. Das Letras, SP, 1991, p. 64. Outro exemplo das nuances do naturalismo-positivista brasileiro, foi uma das polêmicas de Romero tratadas por Ventura, que se deu com Araripe Júnior. Em síntese, ela girou em torno do predomínio de um ou outro dos *fatores* naturais *raça* e *clima*. Como os dois partissem das mesmas concepções, as de Taine (*in História da Literatura Inglesa*), que previa o concurso da *raça*, do *meio* e do *momento*, ou seja, a obra já realizada pelos outros dois fatores, Romero defendeu as determinações da raça sobre a sociedade e a cultura como as mais importantes e Araripe defendeu, por seu turno, o maior peso das determinações do meio neste sentido. Cf. *Id.*, *ibidem*, p.87

dos índios americanos e das misturas que neles se produziram, é o já referido Sr. (Francisco) Garcia Calderón⁶³

Na verdade o racismo científico foi transplantado para cá, parcial ou totalmente, sendo exemplo do *mimetismo* da cultura latino-americana.⁶⁴ Neste sentido, as influências européias mais importantes foram as de Gobineau, com as teses arianistas e fatalistas, que davam conta de que a mestiçagem levaria a humanidade ao fim, com a tendência ao desaparecimento da raça branca superior; Gustave Le Bon, um dos mais elogiados por Romero⁶⁵ e Calderón, por exemplo, de quem Lilia Schwarcz e Renato Queiroz destacam as quatro máximas que resumiriam as características do determinismo racial: primeiro, a raça constitui elemento essencial e define o sujeito; segundo, a relação entre atributos internos e externos (cor e tamanho do cérebro, p. ex.) determinaria aspectos morais da raça; terceiro, o indivíduo não seria mais que a soma de seu “grupo racio cultural” e, portanto, o melhor seria observar o grupo; e por último, a prática da eugenia, impedindo ou estimulando uniões, isolando grupos e indivíduos.⁶⁶

As teses de Romero e Calderón são usadas aqui como exemplos paradigmáticos que expressam um *estilo de pensamento* que contempla uma interpretação da questão nacional identificada com a questão racial. Neste sentido, o modelo natural-positivista é, a um só tempo, nacional e continental, pois como “problema” a questão racial perpassa todas as nações latino-americanas, mais ainda se a nação se compõe de conteúdos ideológicos, defina-se a mesma pela língua, pela raça ou até pela história.⁶⁷ Neste sentido, como todo o produto do mimetismo de conteúdos europeus ligados à questão racial estão impregnados a padrões ideológicos da classe dominante, aqui como na Europa, mais fácil se toma manter, de outro lado,

⁶³ BOMFIM, Manoel, *O Brasil na América*, Topbooks, RJ, 1997, 2ª edição (1ª ed. 1929), p. 192.

⁶⁴ Sobre o tema Cf. GORENDER, J., *Correntes Sociológicas do Brasil in Estudos Sociais*, RJ, 1958, nº 3-4, p. 336. Cf. também SODRÉ, Néelson W., *A Ideologia do Colonialismo. Seus Reflexos sobre o Pensamento Brasileiro*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1984, 3ª ed., p. 10.

⁶⁵ SODRÉ, Néelson W., *idem*, pp. 45/70, traz outras influências sobre Silvio Romero, como as de Taine e Michel Lévy, das teorias da história do Brasil de Martius, e ainda Gobineau. Romero passou por fases, de acordo com estas influências.

⁶⁶ SHWARCZ, Lilia Moritz & QUEIROZ, Renato da Silva, *Raça e Diversidade*, Edusp, 1996, p. 172.

⁶⁷ HOBBSBAWN, E. J., *Sobre História*, Companhia das Letras, SP, 1998, p. 17.

padrões de dominação social mais excludentes do que os praticados na própria Europa, no mesmo período.

A partir da reflexão bio-positivista, se estabelecerá um nexos entre inferioridade racial como determinação do *atraso* latino americano em relação à modernidade européia, e como reflexo dela.⁶⁸ A questão do branqueamento é exemplar do processo. Nossa inferioridade poderia resolver-se num futuro incerto, mas à medida que ele se aproximasse estaríamos também próximos da superioridade do civilizado. Enquanto isso, a nação se definiria somente pelo elemento que compusesse a “raça” superior. O racismo científico representava a negação dos princípios com os quais se deveria construir a idéia de nacionalidade, ou seja: igualdade e solidariedade.⁶⁹

A estas interpretações históricas e sociais se opôs Manoel Bomfim, marcando o confronto com o eixo temático que mobilizava a reflexão latino-americana e européia, ao deslocar a questão nacional do âmbito racial para o histórico-social e cultural.

Ciência e exploração, atraso e progresso

Manoel Bomfim não teria sido o único a combater o racismo científico.⁷⁰ De qualquer modo esta crítica não pode, por si, colocá-lo fora do *estilo de pensamento*⁷¹ próprio da Primeira República, da crise pós-monarquia e pós-escravidão, da crise do modelo econômico agro-exportador e das perspectivas postas, de outro lado, pelo próprio ideal de modernidade e progresso ditado pela Europa. Entre essas duas órbitas se definirá a produção do livro sobre a América Latina. Por que Bomfim não teria

⁶⁸ Cf. BOTELHO, André P., *O Batismo da Instrução. Atraso, Educação e Modernidade em Manoel Bomfim*, Tese, Campinas, 1997. Pp. 9/11. O autor demonstra como o *atraso* é definido como “problema” de ordem natural, cultural e econômica, conforme diferentes momentos histórico-sociais.

⁶⁹ Cf. ARENDT, Hannah, *As Origens do Totalitarismo*, Companhia das Letras, SP, 1997, p 203.

⁷⁰ VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical*, Cia. Das Letras, SP, 1991, p. 64. O autor indica ainda Araripe Júnior e Manoel Querino.

⁷¹ Sobre *estilo de pensamento* cf. MANNHEIM, Karl, *O Pensamento Conservador in Introdução Crítica à Sociologia Rural*, SP, Hucitec, 1986, Org. de José de Souza Martins.(ver págs.)

escrito um livro sobre a “formação da nação brasileira”, o que faria anos mais tarde?⁷² Porque a *crise* é circunstância continental, produto de um processo histórico-social que tinha como pressuposto e objetivo a exploração econômica, com conseqüências político-sociais e culturais. Os contextos específicos de cada país latino americano não produzem *estilos de pensamento* tão diferenciados, na medida que a história de suas formações tem um componente comum: a influência, em termos gerais, da mesma cultura, a cultura ibérica, e com vistas ao devir, o mesmo problema a enfrentar: o *atraso*.

Então, em *A América Latina: males de origem*, o problema do *atraso* é tratado em termos continentais porque ele é observado pelo autor como um problema que de fato une os países latino-americanos, todos com a mesma origem ibérica. Ao mesmo tempo, trata-se de meio para mostrar à Europa que vê as diferentes nações como uma *unidade*, os fatores que fundam a singularidade de cada uma dessas sociedades:

“Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai... não importa: o que está, a imagem que se tem na mente é a da América do Sul.”⁷³

Neste sentido há concurso da ciência e da ideologia de dupla mão. Primeiro, a Europa usa o racismo científico, a “ciência”, como justificativa para no mínimo tutelar, senão explorar, o continente, o que Bomfim denuncia, questionando um publicista europeu, que afirma:

“É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, barulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao rasqueterismo de

⁷² BOMFIM, M., *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, 1ª edição. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2ª edição. Prefácio de Maria Thétis Nunes. É certo que já no *A América Latina* Bomfim ilustrará análises usando o caso brasileiro como modelo.

⁷³ BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, p. 38. Grifo do autor.

*considerar-se nações. Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplações e contemporizações...*⁷⁴

Logo a seguir Bomfim observa que:

*“Este é o sentir geral que traduz, não só um juízo categoricamente desfavorável a nosso respeito, como certa má vontade de quem vê nas atuais nações sul-americanas o obstáculo à posse e ao gozo de uma riqueza apetecida.”*⁷⁵

Deste modo, quando se dedica a desmistificar o caráter científico do racismo acaba por desmistificar os interesses que de fato animam tal “ciência”, de um lado os interesses econômicos europeus, como vimos, e de outro lado, quando aponta os interesses de exploração do trabalho por parte das classes dominantes. Neste último caso, acusando o *mimetismo* presente no pensamento latino americano, em especial com relação ao bio-positivismo, acaba por provocar os adeptos dessa posição entre os conterrâneos. Bomfim não cita diretamente nem um autor brasileiro, mas estes compreendem o recado e, de certo modo, respondem através de seu ícone, Silvio Romero, que contesta a argumentação em seu *A América Latina - Analyse do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*).⁷⁶ Bomfim sustenta que:

⁷⁴ *Id.*, *ibidem*, p. 39. Bomfim não cita, por vezes, suas fontes.

⁷⁵ *Id.*, p. 39. Importante observar que trata-se de uma posição pela soberania na medida em que o autor suspeita da boa vontade dos Estados Unidos da América em proteger-nos por meio do *pan-americanismo* inscrito na Doutrina Monroe: “...*dado mesmo os Estados Unidos se mostrem dispostos a amparar-nos e proteger-nos abeternum, ainda assim, acabaremos perdendo a nossa soberania...A soberania de um povo está anulada do momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro.*” *Id.*, p. 45.

⁷⁶ ROMERO, Silvio, *A América Latina (analyse de livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*, Porto, Livraria Chardron, 1906

“...tal teoria [da inferioridade das raças] não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”⁷⁷

No caso da crítica de Romero no livro citado acima, vale salientar que ela passa também – como representação do embate no campo da ciência, que é também ideológico – por Gustave Le Bon, que como já informamos, é um dos teóricos da preferência de Silvio. Bomfim refere-se ao autor assim, inclusive citando-o:

“No que se refere a estas nacionalidades sul-americanas, é positivamente uma estultícia dizer como Gustave Le Bon: ‘Todas elas, sem uma só exceção chegaram a esse estado em que a decadência se manifesta pela mais completa anarquia, e que os povos só tem a ganhar em ser conquistados por uma nação bastante forte para os dirigir...’ Ele pertence a essa espécie de filósofos cuja inspiração é a inveja e cujo ideal é a riqueza, espécie que há trinta anos quer fazer escola na própria França. São indivíduos que o espírito quase não vê o que a mão alcança e para quem o progresso humano se mede exclusivamente pelas toneladas de exportação, pela extensão dos domínios coloniais, pelo número bruto de habitantes...Com os anuários comerciais em mão, tais filósofos esvaziam todos os problemas sociais...Para os Le Bon, Cumplowitz e outros, a teoria do progresso assim se resume: a força é o instrumento único; a riqueza é o sucesso; o fim a consagração; nem tréguas aos fracos, nem esperança aos infelizes.”⁷⁸

O trecho ilustra a crítica a uma proposta bio-positivista determinada por uma racionalidade burguesa ainda adstrita à Europa, em que as bandeiras da igualdade

⁷⁷ BOMFIM, Manoel, *idem*, p. 243.

⁷⁸ BOMFIM, Manoel, *idem*, pp. 314, 315 e 316. Grifos nossos.

ainda não fazem parte do discurso, nem em termos formais. Para a América Latina – e para outros *inferiores* – vale a máxima:

“Os limites dos direitos dos povos são medidos pela força de que eles dispõem para os defender”⁷⁹

Bomfim evidencia aqui, os limites de sua adesão à visão corrente de *progresso*, geralmente aceita pelos políticos nacionais. Para ele progresso *“não se mede exclusivamente pelas toneladas de exportação, pela extensão dos domínios coloniais, pelo número bruto de habitantes...”⁸⁰* Não é uma adesão a qualquer preço, pois o progresso não se confunde simplesmente com desenvolvimento material, muito menos à custa de “outro”, seja um país ou um homem. A *igualdade* é o parâmetro para a avaliação de políticas econômicas e sociais. Não nega necessárias as reformas materiais, mas aponta...

“...o que efetivamente resume o progresso: estabilidade e liberdade das instituições políticas, boa justiça, instrução popular, atividade social...”⁸¹

Falando às “classes dirigentes”, escreve:

“Seria preciso que buscassem conhecer, na sua realidade, cada uma das causas de atraso social, e procurassem afastá-las, atendendo, não aos interesses exclusivos do Estado (e compreendidos de um ponto de vista estreitamente material), mas atendendo às necessidades efetivas das sociedades. Seria preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse

⁷⁹ *idem*, p. 319.

⁸⁰ *idem*, p. 318.

⁸¹ *idem*, p. 177.

elemento essencial na constituição de uma nacionalidade, e a educassem, e interviessem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumentos de progresso, esses 90% da população que apodrecem por ali, apáticos, miseráveis, inúteis... Infelizmente ninguém pensa nisso; prosseguem todos essa quimera, que é antes uma imbecilidade: constituir uma nacionalidade próspera e livre, deixando a massa da população estúpida, embrutecida, inaproveitada, ignorante, nula...⁸²

Bomfim faz também duras críticas ao historiador português Oliveira Martins e Romero, no livro-resposta, critica o mesmo Oliveira Martins como sendo fonte preferencial de Bomfim. *História da civilização ibérica e História de Portugal*, de Martins, seriam “*livros perniciosíssimos, causadores de males incalculáveis entre diletantes*”⁸³, de acordo com Romero. Outro de seus livros, *O Brasil e as colônias portuguesas*⁸⁴, seria um “*pobre livrinho*”.

Oliveira Martins, influente no pensamento brasileiro, invoca uma suposta *seleção natural*, ou o uso da teoria darwinista da evolução, para analisar as sociedades humanas: se índios e negros são eliminados no Brasil e na África é porque são inferiores.⁸⁵ Bomfim cita, contrapondo, o próprio Darwin, em crítica contundente:

⁸² *idem*, p. 281/82.

⁸³ ROMERO, Silvío, *idem*, p. 50

⁸⁴ *Id.*, *ibidem*, p. 52. Na mesma página, critica Bomfim em função de ter contado 1144 linhas, das 2276 da terceira parte do livro, como sendo de Oliveira Martins, fora as que seriam baseadas em Rocha Pombo. Cf. também FRANCHETTI, Paulo. *Oliveira Martins e o Brasil*, Campinas, mimeo, 2002. Este texto, ainda a ser publicado pelo IEL/UNICAMP, foi apresentado em Conferência ministrada pelo autor no Departamento de História da Universidade de Lisboa. Agradecemos a generosidade de ceder-nos uma cópia, antes mesmo da publicação.

⁸⁵ *Id.*, *ibidem*, p. 248/249. Na citação de Oliveira Martins, página 248, Bomfim usa a 3ª edição de *O Brasil e as colônias portuguesas*, 1887, p.20. Nós usamos a 6ª edição, publicada por Guimarães e Cia. Editores, Lisboa, 1953, e a citação encontra-se à p. 23.

“Conheço, agora, bastantemente a escravidão e o caráter dos negros, para estar sobejamente enojado das mentiras e das asneiras que a esse respeito se ouvem na Inglaterra...junho 1883”⁸⁶

Bomfim denuncia a suposta superioridade do branco e o uso da *teoria da evolução* para justificar o subjuço de negros e índios, e nesse sentido aponta uma contradição do próprio Oliveira Martins. No livro já citado, *O Brasil e as colônias portuguesas*, o autor português, em vários momentos dá como “verdade científica” a escravidão negra e o massacre de negros e índios, justificando-os nos termos já indicados. Contudo, ao referir-se a Palmares, inicia com um elogio fulgurante...

“...De todos os protestos históricos do escravo, Palmares é o mais belo, o mais heróico. É uma Tróia negra, a sua história uma Ilíada...”⁸⁷

...e elogia seus progressos sociais, finalizando assim...

“...A Tróia dos negros foi arrasada, mas a memória dos seus heróis ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contra a dura fatalidade da natureza, cujas ordens impuseram à exploração da América a condição do trabalho escravo.”⁸⁸

O próprio Bomfim observa sobre este final da citação:

“Este último período é pura metafísica do parasitismo e do egoísmo: se a liberdade humana é uma realidade, ninguém tem o direito

⁸⁶ *Id.*, *ibidem*, p. 251. Essa citação Bomfim indica como sendo: *La vie et la correspondance de C. Darwin*, Trad. de H. C. Varigny, t. 1er, p. 281-283.

⁸⁷ *Id.*, *ibidem*, p. 257. Bomfim reproduz a citação na íntegra entre estas páginas usando a 3ª edição de *O Brasil e as colônias portuguesas*, p. 64, correspondente à pp. 63/65 da 6ª edição usada por nós, já citada.

⁸⁸ *Id.*, *ibidem*, p. 258

*de inventar “fatalidades e puras leis da natureza”, para, abusando da força, negar um lugar na vida a criaturas humanas, que tinham dado provas de ser tão dignas (por ventura mais dignas coletivamente) como os seus opressores. Em vão os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados, e por toda a parte aparece o sofisma.*⁸⁹

O importante destes exemplos é apontar que Bomfim pressupõe que não há diferença entre povos, entre nações, porque não há entre homens. Mais uma vez fica evidente quanto lhe é cara a *questão da igualdade*. Assim, em todo o livro há exemplos históricos comparados de inúmeras situações em que a dominação não significa inferioridade de uns e superioridade de outros.

É importante ressaltar como Bomfim, antecipando um debate que se abrirá nos anos 1950, coloca claramente a relação existente entre a questão racial e a questão nacional, indicando como sob a aparente reflexão sobre a raça, sempre adjetivada como científica, esconde-se não só uma definição sobre o lugar do povo na política, como a própria formatação da sociedade. Lembro alguns pontos desse debate dos anos 50, através das palavras de Octavio Ianni:

“...é fundamental não perder de vista o fato de que a ideologia racial, como uma expressão da consciência social do branco dominante, reifica e transfigura o significado e a prática das relações reais. Esse foi um fenômeno que escapou, em graus variáveis, é certo, a Tannembaum, Harris, Freyre, Pierson, Nogueira e alguns outros. Para eles a ideologia racial parece ser uma expressão mais ou menos

⁸⁹ *Id.*, *ibidem*, p. 258. Cf. várias passagens que demonstram o seu *naturalismo* e *racismo científico* explícito de Oliveira Martins in MARTINS, J. P. de Oliveira, *O Brasil e as colônias portuguesas*, Guimarães e Cia. Editores, Lisboa, 1953, 6ª edição. Cf. páginas. 3, 17, 22, 27, 49, 50/51/52/53, 60, 65, 75, 131/132/133, 137, 140, 190, 192, 214, 215, 225, 248, 256/257, 262.

*transparente das relações raciais, em lugar de uma expressão transfigurada dessas relações.*⁹⁰

Assim, nessa reflexão crítica, o debate aponta para a relação intrínseca entre o encaminhamento da questão racial e a resolução da questão nacional. As raízes históricas dos antagonismos raciais encontram-se não nos comportamentos preconceituosos, mas na estrutura colonial e escravista da sociedade brasileira. Mais ainda, mostra que o encaminhamento e a resolução dados à questão racial no Brasil e na América Latina são componentes fundamentais da política dos diferentes países.⁹¹

Também pode-se apontar para o esboço de uma tese na obra de Bomfim, que será central para o desenvolvimento da sociologia crítica em São Paulo, representada pelo conjunto de pesquisadores que estão em torno de Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo. Trata-se da afirmação da não possibilidade de exercício pleno da liberdade pelos homens livres, quando alocados em uma sociedade onde o princípio articulador é a desigualdade, caso patente em uma sociedade escravocrata. Além disso, as condições que a situação escrava coloca para a definição de sujeitos políticos. Lembremos como Bomfim já antecipara a colocação afirmando que...

*“Os limites dos direitos dos povos são medidos pela força de que eles dispõem para os defender.”*⁹²

⁹⁰ IANNI, Octavio, *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978, pp. 108-109.

⁹¹ BASTOS, Élide Rugai. “Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional.” In: M. Izabel L. Faleiros e Regina A. Crespo. *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: UNESP, 1996, pp. 79-99.

⁹² BOMFIM, Manoel, *A América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, 4ª ed., p.319.

2. Parasitismo

Parasitismo como conceito sociológico e histórico

Qual é, afinal, o objeto de Manoel Bomfim, ou o grande tema de que trata o livro *A América Latina: males de Origem?* O objeto de Bomfim é a formação social latino americana e as razões para o persistente *atraso* do continente no início do século. Persistente porque, *independente* da exploração metropolitana havia praticamente um século, o atraso continuava a pesar sobre ele, oferecendo a europeus o mote pelo qual nos julgavam incapazes de constituir verdadeiras nações, e aos Estados Unidos a proposta da Doutrina *Monroe*, com vistas a proteger o continente de europeus.

Diante de tal objeto, o conceito de *parasitismo* foi encontrado por Bomfim no sentido de articular a totalidade da obra que, sendo um ensaio sociológico e histórico, que implica ainda política e etnografia, trata de apreender a *totalidade concreta*, ou aquilo que Ronaldo Conde de Aguiar indica como *complexo social*: "...a idéia de complexo social – que era o campo de análise de sua obra – implicava, segundo Bomfim, uma abordagem crítica e totalizante da realidade."⁹³

A denominação para o fenômeno poderia ter sido outra, mas não foi. A razão de Bomfim ter escolhido a denominação *parasitismo* poderia estar ligada ao fato de ser médico, de ter formação na área de ciências biológicas. O fundamental é que, apesar da origem da palavra *parasitismo* ser a *biologia* – mais especificamente a zoologia – o autor, ao tratar de explicar o significado do termo no interior da obra, acaba por estabelecer avanço e limite quanto às idéias próprias de seu âmbito espaço-temporal. Aliás, as metáforas biológicas povoam as interpretações sociais elaboradas na Europa.

⁹³ AGUIAR, Ronaldo Conde de, *O Rebelde Esquecido - Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Ed. Topbooks, RJ, 2000, p.456.

Na *Segunda Parte* do livro tratará do tema parasitismo com a seguinte afirmação, que implica um avanço em relação aos ditames metodológicos hegemônicos de seu tempo, ou até mesmo rompe com eles:

“Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vezo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos... Uma verdade porém é hoje universalmente aceita – que as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas. Deste consenso unânime vem – exatamente a considerar-se a sociologia como ciência, isto é – o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame...”⁹⁴

Bomfim ressalva – antes de dar exemplo de parasitismo próprio da biologia – que a *redução* de fenômenos sociais aos fenômenos naturais não é o caminho para a compreensão dos primeiros. Para ele não há *identidade* entre tais fenômenos, já que os *fatos sociais* são mais complexos, além de serem simultaneamente biológicos e sociais. Ele não quer dizer com isso que no tratamento de um fenômeno social não se considere a existência de *leis gerais*, tal qual nas chamadas ciências da natureza. Contudo, não se trata de *leis naturais*. A sociedade é *uma realidade à parte*, passível de análise e interpretações próprias. Neste sentido, Bomfim é, em 1905, um homem do século XIX, mas não podemos imputar-lhe o epíteto de *naturalista*, porque não

⁹⁴ BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, pp. 51/2. A Segunda Parte do livro é denominada Parasitismo e Degeneração, tendo como subtítulo Organismos Biológicos e Organismos Sociais.

transplanta, simplesmente, um conceito de uma *ciência da natureza* para apreender *fenômeno social*.

Contudo, vislumbra a sociedade como um *organismo*, um *organismo social*. Não consegue escapar da aproximação, tão usual em sua época, com os organismos biológicos, mas ao considerar a *evolução* e o *progresso*, tanto de um, quanto de outro, considera que:

“É noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso orgânico – diferenciação dos órgãos, especialização das funções, divisão do trabalho – estas são as condições indispensáveis à perfeição.”⁹⁵

Apesar desta aproximação, não se trata de *identidade*, pois o que se aproxima é o *caráter* evolutivo e o *progresso comum*, isto é, o procedimento, não se confundindo os objetos *sociedade e natureza*. Tal posição poderia levar a que se lhe atribuísse uma imediata filiação a uma proposta metodológica e epistemológica positivista, mais especificamente a um *naturalismo positivista*.⁹⁶ Todavia vale lembrar que existem diferenças essenciais distanciando o autor do positivismo, apesar de seu discurso e dos conceitos empregados pertencerem a um aparato só *formalmente* naturalista positivista. Roberto Ventura e Flora Sússekind explicam o uso do conceito *parasitismo* como *metáfora*, e não como uma simples *homologia*. Ou seja, a transposição da ciência biológica para a social não é mecânica:

“Apesar da crítica à ciência da época, Manoel Bomfim não inaugura outro horizonte de linguagem. Sua obra apoia-se nas

⁹⁵ *Id.*, *ibidem*, pp. 59. Grifos do autor. Dentro de certos limites, é difícil não admitir que haja alguma organicidade na vida social, nas instituições sociais, entre eventos políticos e culturais e a economia, e vice e versa, por exemplo.

⁹⁶ Cf. LÖWY, Michael - *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, SP, Ed. Busca Vida, 1990, p.17. Usamos a expressão de Löwy, *naturalismo positivista* e o que ele chama de “...figuração ‘ideal-típica’...” de positivismo na análise desenvolvida aqui.

categorias comuns a essa ciência, deslocando-as porém de um emprego homológico para uma utilização metafórica... Não se trata, nesse caso, da formulação de um discurso outro que viria superar a linguagem científica criticada... É antes um discurso crítico que explora as contradições do discurso dominante.”⁹⁷

Tratar-se-ia, portanto, de um contradiscurso. No entanto, o autor marca posições muito claras quando trata de avançar – ao menos em parte – quanto aos pressupostos metodológicos de seu tempo.

Em primeiro lugar, há que se considerar, neste sentido, a afirmação que faz logo no início do livro, com claro objetivo de marcar posição contra a *neutralidade axiológica* exigida pelo positivismo e pelo funcionalismo:

“Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação bastaria afetar imparcialidade, para ter direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de vista curta...”⁹⁸

Fica clara aqui, sua posição ante a ciência, bem como o será no decorrer da obra. O autor não aceita uma posição neutra frente aos problemas sociais. Posiciona-se socialmente contra a exploração – seja de nação a nação, seja de grupo social a grupo social. Tal postura é inconcebível para aqueles que propõem que a análise dos fenômenos sociais deva estar livre de todo e qualquer *juízo de valor*.

⁹⁷ SÜSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto, *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, Ed. Moderna, SP, 1984, 1ª ed., p. 15. Curiosamente, o conceito de *homologia* é muito usado em biologia, na comparação de estruturas *orgânicas*.

⁹⁸ Cf. BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, pp. 35/6.

Em segundo lugar, para o autor – em que pese a aproximação formal entre organismo social e organismo biológico – as sociedades são produto da vontade e da ação dos homens, o que o leva a distanciar-se do ideário positivista ou funcionalista, que supõem a existência de uma *harmonia natural* na vida social. Há conflito entre homens e entre nações, produto justamente da exploração de um homem, ou grupo social, pelo outro, ou de uma nação sobre outra.

Serão justamente esses dois processos de exploração – homem/homem e nação/nação – que Bomfim denominará *parasitismo*.

O conceito “biológico” e a história do *parasitismo social*

O conceito de *parasitismo*, tradicionalmente biológico ou, mais especificamente, pertencente ao ramo da Zoologia e da Botânica, é usado por Bomfim para exprimir um processo histórico e social. A despeito disso, trata do conceito, do processo e suas conseqüências no campo da Biologia, quando usa como exemplo o caso do *Chondracanthus gibbosus*⁹⁹ Um dos princípios biológicos fundamentais é o que envolve *função e órgão*:

*“É princípio fundamental – e corriqueiro – em biologia: que a função faz o órgão. Quer dizer, o exercício constante de um órgão aperfeiçoa-o, desenvolve-o, adapta-o de mais em mais à função; modifica-o, transforma-o.”*¹⁰⁰

⁹⁹Cf. *Idem, ibidem*, pp. 56/8. Entre estas páginas o autor dá o exemplo deste crustáceo parasita marinho. A princípio pensou-se tratar de um verme, e só mais tarde descobriu-se ser um crustáceo, tal a degeneração do animal adulto. E só descobriram tratar-se de crustáceo analisando sua evolução desde de embrião, passando pelo estado larvar, quando sua estrutura é curiosamente mais complexa que o indivíduo plenamente adulto.

¹⁰⁰ Cf. *Idem, ibidem*, p. 57.

Naturalmente podemos concluir, com Bomfim¹⁰¹, que o órgão, quando não exercitado ou sem funcionalidade, atrofia-se, chegando por vezes até a involuir. O parasita degenera-se. Este princípio é, portanto, decisivo para a compreensão do processo de *evolução das espécies* animais. O *Chondracanthus gibbosus*, entre outras espécies, degenera porque parasita suas vítimas. A decadência, e o *atraso* evolutivo do parasitado é uma conclusão óbvia, já que o parasita vive de sua vida, lhe extrai sua vitalidade.

Processo *análogo* ocorre com a sociedade, de acordo com o autor. Neste sentido, tanto sociedades antigas, a exemplo de Grécia e Roma, quanto modernas, seriam ilustrações de decadência em função do parasitismo de suas classes dominantes. Decaem grupos sociais, decaem civilizações, decaem nações, todos em função do parasitismo, respectivamente, sobre outros grupos sociais, outras civilizações, outras nações.

O mesmo conceito se aplica ao caso de Portugal e Espanha, de um lado, e América Latina, por outro. Ao tempo do descobrimento, especialmente a Espanha, mas também Portugal, estiveram na "*vanguarda do progresso*".¹⁰² Este momento foi a culminância de 1200 anos de guerras sistemáticas contra invasores, especialmente o mouro, mas também contra romanos e bárbaros, em especial godos e visigodos.¹⁰³ Estes 1200 anos de lutas deixaram sua marca na cultura ibérica. Vivendo sob o signo da guerra, esses povos não conheceram o trabalho sistemático, impossível naquelas circunstâncias históricas. A única atividade que sabiam, e da qual aprenderam a viver, era a conquista, que marcou a cultura ibérica, e à qual tiveram de se *adaptar*.¹⁰⁴

Após esse período e do esplendor da expansão *depredadora*¹⁰⁵, a Ibéria inicia, com a colonização, sua decadência. Tanto Portugal quanto Espanha são obrigadas a

¹⁰¹ Cf. *Idem, ibidem, loc. cit.*

¹⁰² Cf. *Idem, ibidem, p. 54.*

¹⁰³ Cf. *Idem, ibidem, p. 81.* É um período histórico que Bomfim denomina *parasitismo heróico*.

¹⁰⁴ São caros a Bomfim, além do parasitismo, os conceitos bio-evolucionistas de *adaptação* e *hereditariedade*. Cf. BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, pp. 51/58 e 154/58.

¹⁰⁵ Cf. BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, p. 112. O autor aponta três períodos para o que chama de *marcha do parasitismo peninsular*: o primeiro é o período de educação agressiva, em que a depredação é um epifenômeno; o segundo remete à expansão, expansão depredadora, da guerra pela rapina e pelo saque; o terceiro é o período de fixação sedentária; momento da degeneração, de fato, tal como se dá com organismos biológicos.

se fixar, e não possuindo a tradição e a cultura do trabalho regular, passam a parasitar as colônias, no interior das quais seus representantes garantem a ordem, baseada economicamente no trabalho compulsório. A escravidão faz-se sistemática sobre índios, no Brasil como em toda a América Latina, e mais tarde sobre negros africanos, que lusitanos descobriram e fizeram um grande negócio, o tráfico. Os que se vão fixando não compreendem outra forma de exploração colonial que não seja por meio da exploração do escravo.

Daí advém o atraso da América Latina, aí se encontram suas causas. Sendo o meio extremamente propício, a explicação não pode estar imediatamente no homem, na raça. A explicação é mediata. É para a história que devemos lançar o olhar na procura das causas de nosso pífio desenvolvimento, não só econômico, mas também social e político. Por isto, Bomfim fala em *herança* e educação, que recebidas da Ibéria, tornaram-nos portadores de seus vícios. Com o avanço histórico do parasitismo, consolidam-se, por *adaptação*, traços de cultura *herdados*¹⁰⁶ de Portugueses e Espanhóis.

Vale lembrar ainda, que Bomfim aponta para o fato de que as classe superiores sempre parasitam, em qualquer situação:

“...Todas as classes se incorporam ao parasitismo. O Estado era parasita da colônia; a Igreja parasita direta das colônias e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no

¹⁰⁶ Cf. *Idem, ibidem*, p. 51/5. Entendo a expressão *herança psicológica*, usada por Bomfim, como herança cultural. Se não é verdade a hereditariedade de traços psicológicos, é possível admitir a transgeracionalidade da cultura, de características culturais que se herdam. Se não, eu não poderia entender como uma cultura mantém-se. É o caso de considerar-se aqui, o significado datado do léxico, de suas formas e de seus usos. É uma situação como a do uso sistemático que o autor faz de *progresso*, uso do XIX, entendida hoje como *desenvolvimento*. Há o risco de criticar a idéia de progresso do século XIX, no âmbito do ideário liberal, e defender-se o desenvolvimento como única saída para a América Latina hoje.

*comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das Igrejas ou nos pátios dos fidalgos.*¹⁰⁷

O parasitismo social e suas conseqüências

É necessário que ele faça uma instrumentalização da história, porque é no passado que se encontram as razões para explicar os males do presente. É nas várias conseqüências da exploração metropolitana, representada no *parasitismo social*, que encontraremos todo o seu conteúdo sócio-histórico.

Em primeiro lugar, Bomfim aponta para o enfraquecimento intrínseco do parasitado, gerando a desigualdade entre as classes, pela exploração do trabalho de um grupo sobre outro. A seguir, indica as várias violências praticadas sobre os parasitados para que estes continuem prestando serviços ao parasita, seja no nível individual, seja no nacional. Em terceiro lugar mostra o processo de adaptação do parasitado às condições de vida que lhes são impostas, o que resulta em *certa paralisia social*. Esses efeitos ocorrem em todas as facetas da vida coletiva, e são notados nas várias dimensões da sociedade. Assim aparecem nas diversas esferas da mesma.

É importante notar que para Bomfim a esfera econômica da vida social é a mais importante, pois se reflete em toda a vida social. No caso das colônias “parasitadas”, encontra expressão na associação do *exclusivo metropolitano* com o *trabalho compulsório*, ou seja...

“...São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são efeitos primordiais, aos que se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo social em geral, é um

¹⁰⁷ Cf. BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, p. 109.

fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social."¹⁰⁸

E, portanto...

*"...Aqui, os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias manufatureiras, tomando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição de toda inovação progressista."*¹⁰⁹

Por outro lado, o Estado exerce um forte controle fiscal sobre a colônia, resultando em um aparelho político-administrativo que só cobra, coage e pune, numa associação lógica com o estatuto do exclusivo metropolitano, se não, vejamos:

*"...o Estado era, apenas, um órgão de opressão – era a coroa, com seus privilégios e exércitos de servidores; faltava muito, ainda, para que ele apresentasse essa forma – do Estado moderno – garantidor protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. Os serviços públicos eram nulos, e a máquina administrativa constava tão somente do fisco: fisco, tropas e justiceiros d'el-rei."*¹¹⁰

Do ponto de vista da sociedade, o parasitismo atuaria principalmente do ponto de vista intelectual e moral. Disso resulta uma população heterogênea, instável, fragmentada, quase uma sociedade de castas. Esses traços se refletem na sociedade

¹⁰⁸ BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, p. 127.

¹⁰⁹ *Id.*, *ibidem*, p. 134.

¹¹⁰ *Id.*, *ibidem*, p. 141.

parasitada pelo que Bomfim denomina *hereditariedade social*, ou seja, o que faz com que as colônias herdem o caráter da metrópole, ou seja, leis, instituições, traços psicossociais, enfim, sua cultura.

Disto decorre que sofremos de um *conservantismo*, uma certa paralisia que impede a mudança, mais problemática por ser própria das classes dirigentes. A única coisa que as move é a possibilidade de opor-se à inovação, a qualquer transformação. Por causa disso o pensamento político consiste em encontrar estratégias de conservar as coisas como estão, de maneira a tornar praticamente impossível qualquer tentativa de reforma. Esse conservantismo é, de acordo com Bomfim...

“...Das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e a mais interessante – por ser a mais funesta - é o conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente – um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual.”¹¹¹

O conservantismo se reflete, de acordo com Bomfim, na *educação bacharelesca* dessas classes, que as leva a interpretar os problemas da nação à luz das teorias gerais, fornecidas pelos livros estrangeiros, abandonando a análise das condições históricas em que se estão inseridas, e nas quais se dão os fatos. É uma educação voltada para uma *instrução erudita*, que coloca o indivíduo no nível da produção intelectual de sua época, mas não desenvolve o espírito de observação, tão necessário para refletir sobre as especificidades do seu meio. Portanto, acabam por interpretar a nação à luz de teorias estrangeiras, *mimetizando* formas de pensamento próprias a outras realidades, a outras culturas.

¹¹¹ *Id., ibidem*, p. 159. De acordo com Antonio Cândido o *conservantismo* é “...uma das idéias fundamentais de Manoel Bomfim, talvez a que seja politicamente mais importante do seu livro, e sem dúvida uma das mais fecundas e esclarecedoras para analisar a sociedade brasileira tradicional, assim como as suas sobrevivências até nossos dias.” Cf. CANDIDO, A., *Radicalismos in Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 4/8, 1990, p. 13.

3. Nação

A especificidade do Brasil e a formação da nação

Logo no início de *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Bomfim adverte que trata-se de uma continuação de *A América Latina: males de Origem*:

“ O motivo principal naquelas páginas era responder aos que aplicando-nos o epíteto geral – latino-americanos, pretendem que somos, por isso mesmo, povos inferiores condenados à agitação facciosa de um barbarismo estéril...Acusados... nessa rubrica, era indispensável tomá-la...para demonstrar – que os fatos apontados como índice de irremissível degradação geral...em que se identificam os chamados latino-americanos, são, tão-somente, conseqüências necessárias das condições de formação colonial... perfeitamente elimináveis...Não podia ser outro o título do livro destinado a esse fim; mas adaptá-lo não significa admitir que os povos neo-castelhanos restassem indiferenciados, nem deixar supor que, por estar incluído na América Latina, o Brasil deixe de ter caráter nacional e destinos próprios. Pelo contrário...”¹¹²

Ou seja, trata-se de apontar os elementos que dão singularidade ao Brasil, ante o que ele chama de outros *neo-ibéricos*. Apesar de haver parentesco entre os *neo-ibéricos*, não existiria uma unidade latino-americana:

¹¹² BOMFIM, M., *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, 1ª edição. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2ª edição. Prefácio de Maria Thétis Nunes, p.33.

“Nós outros – argentinos, peruanos, brasileiros, chilenos...que somos dos chamados latino-americanos, nunca pensamos em América Latina...Em compensação, todos os que não nos conhecem, se fazedores de teoria, com língua em coisas sociais, histórica ou políticas, não falham no repetir de enfáticos e pueris preconceitos acerca da irreal unidade – América Latina.”¹¹³

Bomfim não nega que haja parentesco entre portugueses e espanhóis. Os processos de colonização seriam até análogos. No desenvolvimento dos vice-reinos espanhóis, de um lado, e do Brasil, por outro, poder-se-á observar, entre eles, mais diferenças que aproximações, mais diferenças até que a existente entre as próprias metrópoles:

“Sem pretender sair das origens ibéricas o Brasil tem, a afeiçoar-lhe o caráter, uma história colonial inteiramente outra...e, com isto, uma situação étnica específica de acentuada mistura...Resistiu a franceses, e ,sobretudo, a holandeses, para conservar a unidade de origem...na intrepidez dos seus bandeirantes, se expandiu por todo o coração do continente...foi a única a resistir com seus próprios recursos a invasores estrangeiros...foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos...”¹¹⁴

Bomfim confere a especificidade do Brasil especialmente a um início determinante, de luta contra invasores Franceses e Holandeses¹¹⁵ Estas lutas não poderiam ter sido vencidas sem o concurso do indígena. A parca população portuguesa vinda ao Brasil é prova disso, e a preservação do índio, não seu extermínio – fato em

¹¹³ *Id., ibidem*, p. 31. Grito nosso. “Expressão de tanto uso, essa América Latina deve servir, sensatamente, para designação geográfica...no mais é designação nula.”. *idem*, p. 32.

¹¹⁴ *Id., ibidem*, p. 35.

¹¹⁵ A mesma percepção tem Capistrano de Abreu, este aliás, muito admirado por Bomfim, de quem certamente é tributário. Cf. ABREU, C., *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, Publifolha, SP, 2000, Prefácio de José Honório Rodrigues. 7ª edição.

que insiste por pelo menos terça parte da obra – foi fruto da necessidade e da estratégia. Neste sentido é que Bomfim afirma peremptoriamente que:

“O Brasil não é, apenas, um Portugal emigrado...Portugal terá sido o fator dominante, o determinante na formação do Brasil; mas tais outros valores humanos se incluem na sociedade brasileira, que ela se tornou completamente diversa. O português, organizador e educador desta nova sociedade, teve que diluir a sua influência na grande massa de índios incorporados à vida colonial; houve uma desenvolvida mistura de gentes, e que se complicou, depois, com a entrada das grandes massas de negros”¹¹⁶

À necessidade de somar com o indígena em função de seu número reduzido, os portugueses naturalmente consideraram, já num primeiro momento, o conhecimento que os índios tinham da terra, dos *caminhos*. Ademais, o português seria mais *“plástico e assimilador”* que espanhóis, e mesmo que ingleses. Com a experiência nas Índias e na África, teria desenvolvido aquela capacidade *assimiladora*, e cruzou com o índio. Portugal teria criado a colonização moderna, mas em nenhum outro lugar do mundo teria deixado um povo, só aqui, o que Bomfim ilustra, citando Capistrano:

“Quando Martim Afonso desceu no Brasil, encontrou diversos núcleos de portugueses no meio da indiada...nota Capistrano de Abreu...”¹¹⁷

Bomfim reúne, em toda a primeira parte do livro documentação farta para comprovar o que se formou aqui, já a partir da segunda metade dos 1500 foi uma nação, fruto de uma forma privilegiada de encontro, determinado por características

¹¹⁶ *Id., ibidem*, p. 107.

¹¹⁷ *Id., ibidem*, p. 108. Grifo do autor.

próprias às raças formadoras, inicialmente o português e o índio. Estas são as influências *primeiras* do Brasil.

Bomfim argumenta, demonstrando com dados, que o número de negros nunca foi expressivo antes de 1750 – o tráfico teve seu auge nos cem anos compreendidos daí a 1850 – e que em função disto seria difícil configurá-lo como um elemento essencial na *formação* da nação. É necessário enfatizar que Bomfim se refere ao período de formação¹¹⁸ O problema não se coloca como *juízo de valor*. Na primeira seção expusemos o anti-racismo do autor. Feita essa consideração, não é possível julgar que optasse por capricho por uma das raças componentes. Até um suposto “anti-luzitanismo” não se poderia considerar, lendo essas páginas. No conceito de Bomfim, só qualidades positivas de qualquer das *raças cruzadas* poderia conformar aqui uma nação a partir de uma história comum¹¹⁹. Nem à coroa Bomfim imputa qualquer ação ou proposta de extermínio do índio. O que Bomfim considera é que, no caso do negro, além de seu tráfico só tomar vulto muito tardiamente, ele teria ficado longo período isolado da vida social e nacional:

“A sua influência teve de ser, sempre, dolorosa e tristemente reduzida. Era o cativo expatriado e que já vinha como escravo... os escravos pretos ficavam contidos na domesticidade das casas, ou nas dependências rurais das grandes propriedades, sem contato imediato com a população que se ia formando. Não davam nenhum tom de vida...Quando liberto, vinha o negro, algumas vezes, para o povo; mas já marcado pela influência da vida isolada, anterior, de cativo. No entanto, nesse caso, ao antigo escravo ficava uma função muito interessante: a de aproximar e, de certo modo, misturar as tradições do senhor, da casta superior, à do homem do povo, cujo viver se

¹¹⁸ *Id.*, *ibidem*, p. 202. Por conta dessa posição, Bomfim foi julgado “...indianófilo até a raiz dos cabelos”. Cf. FREYRE, G., *Casa Grande & Senzala*, Ed. Record, RJ, 1992, p. 92, 29ª ed.

¹¹⁹ Trataremos desse tema e da importantíssima influência de Oliveira Martins no segundo capítulo.

*aproximava mais do primitivo gentio do que dos grandes colonos, depois, senhores rurais.*¹²⁰

Apesar dessa posição, Bomfim não deixa de reconhecer o valor do negro de um ponto de vista *nacional* e mais, esse negro não teria sido tão importante na formação da nação, em função do cativo:

*“É certo que durante dois séculos, 1660 a 1860, a grande produção do país foi pelo trabalho dos negros cativos. Isto só prova que havia, na raça, mais valor do que o admitem os partidários do lousismo alongado.”*¹²¹

Do ponto de vista territorial, dois núcleos teriam assumido a frente no processo colonizador português: Pernambuco¹²² e São Paulo:

*“Pernambuco foi, assim, o centro de expansão no Norte; a política em que se faz ali a colonização, é a que inspirou o desenvolvimento dela até o limite. O outro importante centro de atividade expansiva foi São Paulo, cuja população se tornou célebre, como se fora toda de mamelucos. Certamente há exagero: nem todo paulista seria mestiço; no entanto é inegável que, no primeiro momento, houve predominância deles nos campos de Piratininga.”*¹²³

Esses dois núcleos garantiram em última instância, *unidade* territorial necessária a partir da fusão entre o branco português e o índio. Por um lado a partir de Pernambuco, a fronteira norte se expandiu até a foz do Amazonas; São Paulo de

¹²⁰ *Id.*, *ibidem*, p. 203.

¹²¹ *Id.*, *ibidem*, p. 204.

¹²² Na Capitania de Pernambuco, já em 1558, inicia-se movimento para o interior, para a “*fronteira meridional do rio S. Francisco.*” cf. ABREU, C., *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, Publifolha, SP, 2000, Pref. de José Honório Rodrigues. 7ª edição, p. 79.

¹²³ BOMFIM, Manoel, *idem*, p. 119.

Piratininga expandiu-se para o oeste e o sul. A expansão acaba, no caso do Brasil, por garantir a unidade territorial. *Povo e território* são historicamente formados, em função de uma solidariedade nacional que se vai constituindo, sendo que o segundo acaba por se produzir, nessas condições, pelo primeiro. Dessa forma, vale destacar que para Bomfim:

“A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapaixonada dos fatos, tem proclamado que o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura. Há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas; mas diferença essencial de valor psíquico, não. Há diferenças de momentos.”¹²⁴

Neste sentido, pode-se compreender Bomfim muito mais pelo enfoque cultural que confere às suas análises, que por um naturalismo ou organicismo, ou ainda evolucionismo. É perceptível um determinismo, se considerarmos o uso da metáfora biológica no livro *A América Latina*, mas não se pode negar que se evidencia também um ponto de vista *culturalista*. A reflexão de Bomfim pode, desse modo, significar muito mais uma interseção entre dois *estilos de pensamento*, representados por duas gerações que contemplaram a questão nacional e o atraso de formas diferentes, em contextos diferentes: no século XIX e início do XX e no pós 1930.

¹²⁴ *Id., ibidem*, p. 196.

Estado tardio

Desde já é preciso estabelecer que a formação da nação não se deu, no Brasil, nem em toda a América Latina, conjuntamente com a constituição de uma estrutura estatal moderna, tal qual na Europa. A nação, como veremos, formou-se cedo, mas o que se chamava *Estado*, não era mais que uma *administração* colonial, um *Estado colonial*, extensão do Estado português ou espanhol. É assim que podemos interpretar Bomfim desde *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*, quando nomeia uma seção do livro (§ 95) com a frase “*E foi isto que veio fazer o Estado do Brasil*”, onde faz rápido comentário sobre a passagem de D. João VI pelo país.¹²⁵ Esse será o Estado a nós imposto, que permanecerá quase intocado. No caso do Brasil, é o *Estado dos Bragança*, conservador e corrupto, como veremos, sem encontros, nem fronteiras, sem se confundir, enfim, com a nação que se foi desenhando desde a descoberta do país:

“...de 1808 em diante há, na antiga colônia, um Estado soberano, independente, por conseguinte, de qualquer Estado-metrópole. Haverá, depois, disjunção na fórmula portuguesa, aqui instalada com o Reino Unido, seguindo-se os esforços do Brasil a expurgar-se... Isto, porém, não altera a significação do caso, que nos obriga a distinguir: Independência do Brasil em face da antiga metrópole, que, apenas, lhe fica unida; separação dos dois estados portugueses ainda unidos; soberania da nova nacionalidade...essa tem sido objeto de longa e penosa reivindicação, por isso que foi ostensivamente contrariada pela nominal independência de 7 de setembro.”¹²⁶

Essa circunstância não será diferente em toda a América Latina. Nesse sentido é que o autor se dedica ao tema *Estado* primeiramente no *A América Latina*. Por outro

¹²⁵ BOMFIM, Manoel, *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*, Livraria Francisco Alves, RJ, 1930, 1ª ed., p. 473/76.

¹²⁶ *Id.*, *ibidem*, p. 477/78. Grifos do autor.

lado, a especificidade do Estado brasileiro, seu caráter *bragantino*¹²⁷ se verá com profundidade mais tarde, em 1931, na análise do período pós-Independência, em *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Nesse livro Bomfim confirmará o transplante, especificamente, do Estado português, em 1808:

*“Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio Estado que, de lá, emigrara, na plenitude da ignomínia bragantina.”*¹²⁸

No *A América Latina*, como o atraso deve-se a circunstâncias históricas e sociais, a questão do Estado também é considerada por Bomfim nesses termos. Portanto, o autor fará uma digressão histórica sobre a península, mostrando a situação a que chegou após 1200 anos de lutas contra romanos, bárbaros e o mouro:

*“Destarte, quando caiu o último reduto sarraceno a Espanha era uma nacionalidade única – à parte Portugal. Em 1492, reconquista-se Granada; em 1504, os 13 Estados cristãos, que se formaram na Ibéria aparecem unificados: Portugal de um lado, e Castela – o resto da Espanha – do outro.”*¹²⁹

O Estado que surge da unificação não é um Estado laico. Além de cristão, nasce sob o signo da guerra e do saque, resumo da vida social por doze séculos. Além das lutas incessantes entre cristãos e sarracenos, Bomfim observa que houve dissensões entre os senhores e as populações:

¹²⁷ Bomfim usa o termo *bragantino* como metáfora de um Estado corrupto e inepto em função da Dinastia dos Bragança, que por fim acabou por vir a se instalar no Brasil com D. João VI.

¹²⁸ BOMFIM, Manoel, *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Topbooks, RJ, 1996, 1ª edição, 1931, p. 57.

¹²⁹ Cf. BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, Topbooks, RJ, 1993, p. 72. *tre si*.

“Até o início do século XVI ocorreram revoltas de caráter puramente popular, reivindicações democráticas, os reclamos da uniones, levantes das bahetrias em defesa dos antigos foros comunais – movimientos fueristas.”¹³⁰

Ora, estas reações se davam justamente em função do processo histórico que envolveu o surgimento do Estado na península. O *fuero juzgo* era a legislação visigótica que reunia normas de direito comum, vigente também em Portugal até as *Ordenações Alfonsinas* (1446). Daí que as reações populares aos desmandos senhoriais foram reações contra a centralização do poder e, por conseguinte, a destituição a ordem comunal de decisões de direito *público*. É a passagem do *direito de julgar*, da ordem comunal para uma ordem estatal, representada por um ou mais senhores, o que naturalmente foi um golpe à vida e à cultura comunais, não sem reação popular naturalmente.

Assim, a culminância do processo é a unificação dos Estados e o surgimento de Portugal e Espanha, Estados cristãos, centralizados e poderosos, que não reuniam condições de expansão em direção do continente. Sendo a Europa cristã e pobre, a fé e a busca da riqueza não poderiam ser o mote de tal expansão.¹³¹ Restava o mar... Não sem antes tentarem pela África, Portugueses seguem o Árabe por mar. Através dele a própria Espanha já conhecia as riquezas do Oriente e seu rico comércio já era conhecido desde as Cruzadas.

Não poderia ser outro o caráter de um Estado nascido das circunstâncias expostas acima. A expansão só seria possível a partir da unificação, da qual surge um Estado monárquico, absolutista e centralizado:

“Quando foram instituídas as colônias, as nações ibéricas ainda não tinham completado a sua organização...O próprio regime monárquico não atingiria aquele grau de desenvolvimento que se

¹³⁰ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 74.

¹³¹ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 84.

verificou nas outras nações européias; o Estado era apenas um órgão de opressão – era a coroa, com seus privilégios e exércitos de servidores; faltava muito, ainda, para que ele apresentasse essa forma – do Estado moderno – garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. Os serviços públicos eram nulos, e a máquina administrativa contava tão somente do fisco: fisco, tropas e justiceiros d'el-rei. Afeiçoando-se ao regime parasita, as nações espanholas estacionaram, entraram a degradar-se; durante duzentos e tantos anos, elas nada fizeram no sentido de aperfeiçoar efetivamente os serviços públicos; as poucas tentativas provaram inúteis – o parasitismo, de que não abriam mão, anulava todo o esforço (marquês de Pombal).¹³²

Temos que considerar aqui que, nos termos de Manoel Bomfim, ou seja, considerando a *teoria do parasitismo*, toda a história ibérica se desenvolve sob a herança cultural do saque e da rapina, naquilo que se configura para ele *parasitismo depredador*.¹³³ A lógica da conquista é produto daquela cultura. Em verdade, não serão outros os componentes da história de Portugal na Índia e da história da Espanha na América.

Após os inícios da expansão marítima, da *expansão depredadora*, inicia-se o longo período da *transformação sedentária*. Essa transformação dá início ao que Bomfim denominou *parasitismo sedentário*, dá início à *fixação sedentária* que levará à degeneração:

“Acabou o parasitismo heróico; começa o sedentarismo, regime sob o qual a decadência se acentua e a degeneração se manifesta.”¹³⁴

¹³² Cf. *Id.*, *ibidem*, pp. 141/2. A referência a Pombal se deve, certamente, à sua ação para colocar todo obstáculo possível ao desenvolvimento da colônia Brasil.

¹³³ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 96. Entre as páginas 81 e 101, Bomfim trata da *expansão depredadora*, do *parasitismo depredador*.

¹³⁴ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 104.

Inicia-se o processo de ocupação propriamente dito: por seu lado, quando Portugal perde a Índia, volta-se à sua conquista ocidental, o Brasil. A Espanha, após destruir as civilizações Maia e Inca em apenas 30 anos e esgotar o ouro e prata da América Central e da América do Sul, também não tem outra opção senão ocupar o território. Essa ocupação exigirá a constituição de um aparelho administrativo que dará origem aos Estados latino-americanos propriamente ditos, após as independências, considerando-se a especificidade do caso brasileiro, com a vinda da família real.

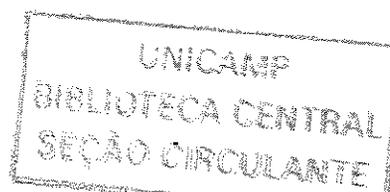
O Estado na América Latina, como afirma Bomfim, não nasce de uma conjugação com a sociedade, e mais do que não se confundir ou não se encontrar com a nação, como afirmamos acima, nasce contra ela. Como Estado colonial é...

“... uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade...apesar disso, mesmo formando uma realidade à parte, o Estado poderia aproximar-se da nação se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país; mas, não: as autoridades só viam os interesses da metrópole, e estes eram justamente contrários aos da colônia...o estado impunha-se à sociedade, existia sobre ela, em conflito com ela, em nome dos direitos e prerrogativas da Coroa.”¹³⁵

O Estado foi aqui, em seus primórdios, única e exclusivamente garantia da manutenção, em primeiro lugar da posse do território; em segundo lugar da administração de um “negócio”: o *exclusivo metropolitano*. O Estado não foi ponto de partida da sociedade e da cultura locais, mas ao contrário, configurou uma sociedade e uma cultura exógenas. A nação não tem fronteiras superpostas ao Estado. Sua territorialidade não é a mesma. Seu território corresponde às fronteiras de outro Estado-Nação, seja Portugal, seja Espanha.

Desde o início as metrópoles mantinham seus representantes, seus *intermediários* aqui, concedendo-lhes toda sorte de privilégios conquanto garantissem,

¹³⁵ Cf. *Id.*, *ibidem*, pp. 190/91.



pela extração de toda a riqueza possível, os privilégios da própria Coroa. O processo se inicia com o pau-brasil, passando pela cana de açúcar e o ouro – esgotado pela Espanha em suas colônias logo de início, descoberto no Brasil mais tarde. Por esse meio o Estado, ou o aparelho administrativo para aqui transposto, garantiu o *parasitismo* das metrópoles. Junte-se a isto o fato de que o Estado colonial não tinha, para Bomfim, nada que lhe desse ao menos uma feição *civil*:

“Aqui, os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias manufatureiras, tomando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição de toda inovação progressista. Em matéria de vida econômica, só se permitia às colônias: praticarem a agricultura e a mineração de certos produtos, contanto que tudo fosse comprado e vendido à metrópole, por meio de intermediário da metrópole, depois de tiradas as contribuições imediatas do fisco. O regime era tal que, toda a produção da colônia tinha que passar para a metrópole; não havia como reter, como furtar uma parte que fosse. E foi de modo que no fim de três séculos de exploração aturada, de produção intensiva e de trabalho de escravo, tocado a relho, a América Latina se achou tão pobre como no dia em que os aventureiros luso-espanhóis pisaram aqui, ou mais pobre ainda.”¹³⁶

Pode-se perceber que o *exclusivo mercantil metropolitano* está intimamente ligado à forma do trabalho. O Estado aqui se erige, portanto, sobre estes dois pilares econômicos, mantendo o primeiro e não necessitando compromissos civis com o segundo, por razões óbvias.¹³⁷

Ele mantém toda a estrutura da colônia e toda a vida da metrópole. A própria economia metropolitana sofre as conseqüências deste estado de coisas. Vive diretamente da produção da colônia, que troca no mercado europeu por manufaturados e mesmo outros produtos primários.

Daí que, a natureza tirânica, opressora, coatora, classista do Estado perpassa as independências latino americanas, suas repúblicas e mesmo ou mais, as monarquias mexicana e brasileira. No Brasil, essa *essência* chega à República. Bomfim critica os *arremedos de constituições*, as Constituições Brasileiras¹³⁸, inclusive a republicana:

*“Veio a República, e, quando a proclamaram, já foi – a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Aboliu-se a centralização, adaptou-se o federalismo, pediu-se uma Constituição... Está achada: abre-se a Constituição dos Estados Unidos, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição argentina; corta aqui, tira daí, copia dacolá, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alterando-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivístóide, e temos uma Constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial, Constituição na qual só não entram a história, as necessidades do Brasil.”*¹³⁹

¹³⁶ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 134.

¹³⁷ Importante não esquecer que Bomfim considera a mais importante das manifestações dos efeitos gerais do parasitismo na vida coletiva, a econômica: “São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social.” Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 127.

¹³⁸ Cf. *Id.*, *ibidem*, pp. 171/2.

¹³⁹ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 172. Grifo do autor.

A natureza do Estado não muda com o tempo, e seus conteúdos jurídico-formais – conquanto evoluam quantitativamente, a exemplo das constituições – também não. Foi assim que as independências dos diferentes países acabaram por resultar em formas caudilhescas de república ou em monarquias, casos já citados do México e do Brasil. Neles a luta havida não foi como nos outros, entre federalistas e unitaristas, mas resultou na vitória dos centralistas e conservadores. A República brasileira não se fará, sem continuísmo do *modus operandi* e do *modus pensandi* conservadores, sustentando a mesma estrutura conservadora e espoliadora do Estado colonial ou monárquico do pós-1822.

Bomfim faz uma análise do caso brasileiro surpreendente para a época. Interpreta o orçamento federal de 1903 para demonstrar como a estrutura estatal continua tão vilânica como sempre foi, mantendo-se essencialmente a mesma, apartada da sociedade, estranha a ela.

Dois aspectos dessa análise chamam a atenção pelo ineditismo ao seu tempo, análise que não toma os números, em si, como carros chefe da interpretação, e denuncia as conseqüências sociais da burocracia, da injustiça espoliadora do aparelho de Estado.

O primeiro dos aspectos toma o absoluto da distribuição do orçamento de 1903. O seu total é de 300.000:000\$000 (trezentos mil contos), distribuídos da seguinte forma: 122 mil contos são gastos com a *Máquina governamental*; 132 mil e 300 contos conformam o chamado serviço da dívida interna e externa; o “resto” é empregado na rubrica *Serviços de Utilidade Pública* – 45 mil e setecentos contos – dos quais deve-se deduzir a renda recebida por serviços como correios, telégrafos, matrículas nas escolas, etc... que somam 14 mil e 360 contos. A sobra, 31 mil contos, é o que retorna como serviços de utilidade pública. Ora, gastaram-se, só com a defesa, 73 mil contos... Com tudo o que se refira à educação, à cultura e á ciência, 3 mil e 200 contos.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 196.

Para que se tenha uma melhor visualização da distribuição descrita acima, reproduzimos o Quadro como aparece no Apêndice da 1ª edição, de 1905:

MAQUINA GOVERNAMENTAL	RÉIS \$	SERVIÇO DA DÍVIDA, JUROS, RESGATES E AMORTIZAÇÕES	RÉIS \$	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	RÉIS \$
Previdência, Ministros e Secretários	2.400:000	Dívida externa	54.000:000	Polícia e Justiça	4.400:000
Corpo Legislativo	3.450:000	Dívida Interna	45.500:000	Ensino, museus, bibliotecas, observatórios	3.200:000
Marinha e Guerra	73.500:000	Resgate de papel	12.000:000	Higiene e Assistência	1.750:000
Repartições fiscais	14.500:000	Resgates e amortizações especiais	7.000:000	Socorros públicos, bombeiros	1.000:000
Diplomacia	2.000:000	Juros diversos	6.800:000	Telegrafos, correios e estatísticas	20.000:000
Disponíveis, pensionistas e aposentados	8.750:000			Águas, esgotos e iluminação	8.750:000
Prédios, créditos especiais, exercícios findos, eventuais, guarda nacional, etc...	17.800:000			Faróis e portos	5.700:000
Totais	122.000:000		125.300:000		45.700:000

Orçamento das despesas da República para o ano de 1903. ¹⁴¹

Se não bastasse essa injustiça, o segundo aspecto a que nos referimos acima vai mais longe. Bomfim informa que, descontados os cerca de 15 mil contos, arredondados, que são o preço total dos serviços vendidos pelo Estado, sobram 285 mil contos. Pois bem, destes 285 mil contos, 255 mil são provenientes de *impostos indiretos*, de aduanas e do consumo e incidem sobre a renda de toda a população. Ou seja, tanto ricos como pobres pagam o mesmo montante. Sendo a grande massa da população composta por pobres, é óbvio que respondem pela imensa maioria da receita tributária do governo. A partir disso Bomfim observa que:

“Uma democracia não é uma democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral – preocupação

¹⁴¹ BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ/Paris, Garnier, 1905, 1ª edição. Este quadro aparece como Apêndice na edição de 1905, mas não foi reproduzido na 4ª edição.

quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário ainda não existe.”¹⁴²

Trata-se de uma análise acerca da *distribuição da riqueza*, de ordem econômico-política, pois é claro que para Bomfim a democracia está intimamente ligada à economia, à justiça na distribuição da riqueza, que não basta falar-se simplesmente em *democracia* como conceito adstrito à política. Aliás, a separação entre economia e política é imperceptível na análise de Bomfim, só aparecendo quando ele mesmo observa os *efeitos econômicos* do *parasitismo social* como os principais, em função do *exclusivo metropolitano* e do *trabalho compulsório*.

A reflexão de Bomfim sobre o Estado é esplendidamente enriquecida pela análise do orçamento de 1903, de enorme importância do ponto de vista da análise do Pensamento Social, pois estabelece elos entre os períodos colonial, monárquico e a República Velha.

¹⁴² Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 197.

CAPÍTULO II

OLIVEIRA MARTINS E BOMFIM: IBERISMO

1. Oliveira Martins em Bomfim

A obra de Oliveira Martins teve sobre Manoel Bomfim profunda influência, a ponto de determinar a visão e o constructo teórico desse autor, desde a análise que faz da história e da sociedade continental, em *A América Latina*, até a pesquisa posterior sobre a *formação da nação*, em *O Brasil na América*. Resulta daí a relação que Bomfim estabelece entre continente e nação, entre o geral e o particular.

Oliveira Martins produziu a obra *História da Civilização Ibérica*¹⁴³, onde Portugal aparece inserida num contexto geral de desenvolvimento da península, tratada como *um* dos Estados surgidos na mesma, no longo processo que acabou por dar na configuração atual: Espanha e Portugal. Portugal surge, separada de Leão, inicialmente como condado, em 1097, constituindo-se monarquia já em 1140.¹⁴⁴ No caso da Espanha, o processo de unificação foi mais longo:

*“De Leão separou-se Portugal; mas, com o tempo, Castela-Leão foi agregando a si todos os demais Estados peninsulares, até que, no fim do século XV e princípio do XVI, com o regresso da Navarra cisperenaica, com a fusão de Aragão e com a conquista de Granada, veio a chamar-se monarquia espanhola.”*¹⁴⁵

¹⁴³ MARTINS, J. P. de Oliveira, *História da Civilização Ibérica* (1879), Lisboa, Guimarães Editores, 1994, 12ª edição, Nota Inicial de Guilherme D'Oliveira Martins, Prefácio de Fidelino Figueiredo.

¹⁴⁴ *Id.*, *ibidem*, pp. 151-55. Nas páginas 151-154 há uma Cronologia dos Estados Cristãos na Idade Média Peninsular. Os anos relativos ao processo que fez surgir Portugal podem ser encontrados na p. 155, onde há um quadro dos Estados peninsulares e as épocas sucessivas de seus nascimentos.

¹⁴⁵ *Id.*, *ibidem*, pp. 151-55

O livro surge como primeiro volume do projeto, em parte concretizado pelo autor, de constituir uma *Biblioteca de Ciências Sociais*, da qual fariam parte ainda *História de Portugal*¹⁴⁶ e *O Brasil e as colônias portuguesas*¹⁴⁷, entre outros. O intuito de Martins com esta Biblioteca seria a publicização da história da península e da história nacional portuguesa, além de textos de autores consagrados, clássicos por assim dizer, das ciências sociais ou da filosofia. Tais obras teriam finalidade didática, sendo aplicadas ao “...ensino secundário, alicerce indispensável da sólida ilustração de um povo.”¹⁴⁸, ou ainda, atenderiam à necessidade de “...generalizar, entre as classes médias portuguesas, uma ordem de conhecimentos que sem ofensa dos nossos brios, se pode dizer ignorarem.”¹⁴⁹ Podemos perceber que na empreitada, o autor tinha em mira a educação do povo como caminho para o desenvolvimento da nação, para o progresso, com o concurso da ciência moderna. Com isso, a Península chegaria à democracia, projeto caro ao autor. A aproximação de Bomfim com essas idéias se encontra principalmente aqui. A circunstância *ibérica* é, para efeitos de comparação, aproximada à situação *americana*, e a instrução pública seria o único meio de redimir a América Latina de seu atraso, e de conduzi-la ao progresso e à democracia. Vejamos o que nos diz Oliveira Martins:

“O que nos cumpre fazer, se queremos entrar no concurso das nações, que rapidamente caminham para a definição do sistema de idéias modernas, é reconstituir o nosso corpo social, mais que nenhum outro, abalado e doente por uma enfermidade de três séculos.”¹⁵⁰

¹⁴⁶ MARTINS, J. P. de Oliveira, *História de Portugal* (1879), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 Edição crítica. Introdução de Isabel de Faria e Albuquerque e Prefácio de Martim de Albuquerque.

¹⁴⁷ *Idem*, *O Brasil e as colônias portuguesas*, Guimarães e Cia. Editores, Lisboa, 1953, 6ª edição.

¹⁴⁸ *Idem*, *História da Civilização Ibérica* (1879), Lisboa, Guimarães Editores, 1994, 12ª edição, Nota Inicial de Guilherme D'Oliveira Martins, Prefácio de Fidelino Figueiredo, p. 12, citado por Guilherme D'Oliveira Martins. Cf. também o Prefácio de Martim Albuquerque in MARTINS, J. P. de Oliveira, *História de Portugal* (1879), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 Edição crítica. Introdução de Isabel de Faria e Albuquerque.

¹⁴⁹ *Id.*, *ibidem*, p. 11.

¹⁵⁰ *Id.*, *ibidem*, p. 13.

A influência se faz sentir, comparando-se o texto à passagem de Bomfim, em que afirma...

“...a necessidade o imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar...parecerá anacrônico neste momento da história ocidental, vir fazer a apologia da instrução. Será anacrônico, mas é indispensável; não há propaganda mais urgente...O progresso há de ser da própria sociedade no seu todo; e isto só se obtém pela educação e cultura de cada elemento social...Sem isto, sem a instrução da massa popular, não é só a riqueza que nos faltará – é a própria qualidades de gentes, entre as gentes modernas...A democracia moderna é um produto do progresso...Proclamar democracia e liberdade, e manter e defender as condições sociais e políticas as eras de absolutismo é mais que insensato...é funesto...”¹⁵¹

Podemos concluir que as concepções Oliveira Martins e de Bomfim, nessa questão, se aproximam. Cada um quer ver as nações da Península e da América Latina, respectivamente, no concerto das nações modernas.

Esta relação entre a Península, na obra de Martins, e a América Latina, na obra de Bomfim, não é fortuita. Este, no ensaio *A América Latina*, discute o passado que determina o atual *atraso* do continente, usando a História e a análise social como ferramentas para demonstrar o que há de comum produzido pelo *sistema colonial*. Nesse sentido, o peso da história seria o mesmo para todo o continente, do ponto de vista das conseqüências sociais, econômicas, políticas e culturais da *exploração*. Da mesma forma, afirma Martins, a existência de elementos comuns a Portugal e Espanha permitem conceber a presença de uma “civilização ibérica”, que por seu turno não é simplesmente européia, pois apresenta características próprias, não tipicamente ocidentais.

¹⁵¹ BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, pp. 329-31.

Após lançar a *História da Civilização Ibérica*, em maio de 1879, Oliveira Martins publica, em outubro do mesmo ano, a *História de Portugal*. Logo na Advertência expõe a natureza de cada obra:

“Na História da Civilização Ibérica tratamos nós de estudar o sistema de instituições e de idéias da sociedade peninsular, para expor a sua vida coletiva, orgânica e moral. Tomamos aí a sociedade como um indivíduo, e procuramos retratá-la física e moralmente. Agora o nosso propósito é diverso. Tratando da história particular portuguesa, somos levados a encarar principalmente o segundo dos aspectos essenciais da história geral. A sociedade portuguesa, como molécula que é do organismo social ibérico, peninsular, ou espanhol – estas três expressões têm aqui um valor equivalente –, obedeceu, nos seus movimentos coletivos, ao sistema de causas e condições próprias da história geral da península hispânica. Por isso nós procuramos sempre, na obra anterior, indicar o modo pelo qual as leis gerais se realizavam simultaneamente nas duas nações espanholas: duas, porque a história assim constituiu politicamente a península.

Metade da história portuguesa está, portanto, escrita na História da Civilização Ibérica: a metade que trata da vida da sociedade, como um ser orgânico e moral...

...Resta fazer a segunda metade; resta caracterizar o que há de particular na história portuguesa, resta fazer viver os homens, e representar de um modo real a cena em que se agitam.”¹⁵²

Se Martins não fala exatamente em *continuação* de um livro pelo outro, podemos supor tratar-se de conclusão de um todo em que, elaborada parte da reflexão em um

¹⁵² MARTINS, J. P. de Oliveira, *História de Portugal* (1879), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. Edição crítica. Introdução de Isabel de Faria e Albuquerque e Prefácio de Martim de Albuquerque, pp. [252]VIII-[253]IX.

deles, resta concluir a interpretação no outro. Repetimos citação em que, da mesma maneira, Bomfim chama atenção de seu leitor:

“Não pareça contradição estas afirmações, de agora , e o espírito em que foi compreendido o livro – A América Latina, de que este é desenvolvimento necessário. O motivo principal naquelas páginas era responder aos que, aplicando-nos o epíteto de geral – latino-americanos, pretendem que somos, por isso povos inferiores, condenados à agitação facciosa de um barbarismo estéril e desinteressante para o resto do mundo... Não podia ser outro o título do livro destinado a esse fim; mas adaptá-lo não significa admitir que os povos neo-castelhanos restassem indiferenciados, nem deixa supor que, por estar incluído na América Latina, o Brasil deixe de ter caráter nacional e destinos próprios.”¹⁵³

É visível a influência de Martins na totalidade do projeto de Bomfim, considerada a forma, a estrutura e, mesmo que em parte, o conteúdo. Isso sem deixar de levar em conta a distância temporal que separa as duas obras do autor brasileiro. Essas considerações se confirmam quanto mais levemos em conta a concepção de História e de *formação do povo* de Martins. Se não, vejamos:

“Invasora como todas as doutrinas, e além disso habilmente explorada pelos estadistas, a das nacionalidades tentou – se não tenta ainda – predominar absoluta no triplo conjunto de causas naturais, que de fato determinaram sempre, e sempre determinarão, a existência da nação: a geografia, as raças e as necessidades de ponderação, uma vez que a Europa é de fato uma anfictionia”¹⁵⁴ (...) “Até hoje todas as tentativas para descobrir a nossa raça têm falhado. Latinos, celtas,

¹⁵³ BOMFIM, M., *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, 1ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, Prefácio de Maria Thétis Nunes, 2ª edição, p. 33. Já citado.

¹⁵⁴ *op. cit.*, p. [264]-8

*luzitanos e afinal moçárabes, têm passado: ficam os portugueses, cuja raça, se tal nome convém empregar, foi formada por sete séculos de história. Dessa história nasceu a idéia de uma pátria, idéia culminante que exprime a coesão acabada de um corpo social e que, mais ou menos consciente, constitui como que a alma das nações, independente da maior ou menor homogeneidade de suas origens étnicas.*¹⁵⁵

Como se vê, tal influência não se verifica somente o ponto de vista da articulação geral/particular. Bomfim recebe e adota a idéia de *comunidade de história*, como faz Oliveira Martins logo na *Advertência* de sua *História de Portugal*. Trata-se de conceber a *idéia* de nação – e é interessante ressaltar que é assim, como *idéia*, que Oliveira Martins admite a pátria nascida da história – a partir de uma coesão social constituída por séculos, independente da homogeneidade ou heterogeneidade das origens étnicas. Neste caso Bomfim vê a luta do povo brasileiro – diga-se de portugueses, índios e negros – contra franceses, holandeses ou ingleses, como a forja daquela coesão social que propiciou o surgimento da nação, no caso, do Brasil. Oliveira Martins já o expressara em sua *História de Portugal*:

*“...Angola e o Brasil, abandonados, vendidos, souberam defender-se a si próprios. Essa epopéia, que selou a independência real de nossa colônia americana, terminou em 1654 pela total expulsão dos holandeses.”*¹⁵⁶

Num certo sentido, o encontro entre *necessidade* e *interesse* havia sucedido entre o português e o índio, e estes acabaram por fazer a nação juntos.

Outro aspecto importante do ponto de vista da recepção da obra de Oliveira Martins por Bomfim até aqui pontuada, é a seguinte: este não abandonará o conceito de *parasitismo*, mas a particularidade de seu *O Brasil na América* e a articulação

¹⁵⁵ *op. cit.*, p. [265]-9

¹⁵⁶ *op. cit.*, p. [718]-136 (Tomo II)

interna da obra não serão mais balizados por esse conceito, mas pela idéia de *bragantismo*, aludindo à dinastia dos Bragança, que assume o trono português após o domínio espanhol que vai de 1580 a 1640. A denominação *bragantismo* exprime, fundamentalmente o caráter retrógrado e conservador das instituições e do Estado brasileiro, bem como das elites que o dominam. Confere caráter particular à obra, como também, e mais profundamente, à trilogia que ela inaugura, que inclui *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*¹⁵⁷ Neste caso, acontece que para Oliveira Martins, uma das desgraças de Portugal é o colonialismo, que leva o país a viver como parasita¹⁵⁸, sendo o agente da decadência o Estado, sob a dinastia dos Bragança. O parasitismo português acirra-se após a *restauração* de 1640 que levou a dinastia ao trono. Para Bomfim, este Estado reproduz-se aqui, não alcançando um desenvolvimento simultâneo à sociedade, mas instituindo-se *acima* dela. Tratar-se-ia do mesmo Estado desenhado pelos Bragança, aquele que Martins julga com acidez na *História de Portugal*, como se pode observar na passagem sobre a vinda de D. João VI e da família real:

“Três séculos antes, Portugal embarcara, cheio de esperanças e cobiça, para a Índia; em 1807 (Novembro, 29) embarca um préstimo fúnebre para o Brasil. A onda da invasão varria, diante de si, o enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava ao romper do dia, no cais de Belém. Parecia o levantar de uma feira, e a mobília de uma suja barraca de saltimbancos falidos: porque o príncipe-regente, para abarrotar o bolso das louras peças de ouro, seu enlevo, ficara a dever a todos os credores, deixando a tropa, os empregados, os criados, por pagar.

¹⁵⁷ BOMFIM, Manoel, *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931, 1ª edição, 2 vols., Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, 2ª edição. Prefácios de Wilson Martins e Ronaldo Conde de Aguiar.

¹⁵⁸ Não há indicação de que Oliveira Martins tenha usado a expressão em sentido histórico-social, de modo que não seria daí que Bomfim teria extraído a idéia de aplicá-lo como conceito. Ademais os termos *enfermo*, *cura*, e outros da medicina são de uso corrente.

*Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terremoto começado pela natureza, continuado pelo marquês de Pombal, se tornava um fato consumado.*¹⁵⁹

Mas como se verá, a circunstância afeta o Brasil:

“Por seu lado o inglês,...que desde de 1640, e principalmente 1703, reinava mercantilmente sobre a inépcia portuguesa; o inglês...sentia ainda o apetite de acompanhar o príncipe-regente ao Brasil, para o defender na América, apropriando-se do resto do império e da riqueza nacional.

*Uma semana apenas, depois de chegar, o príncipe regente, aconselhado pelo seu protetor, abriu os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas: eufemismo de boa economia que queria dizer – à Inglaterra... Mais uma vez a dinastia vendia o Reino, como Esaú a progenitura.*¹⁶⁰

Essa situação, tida como mais uma concessão à colônia no intuito de conservação do trono, significava, do ponto de vista de Bomfim, uma concessão grave para o próprio Brasil. Vale repetir o sentimento de Bomfim ante o fato:

“O Estado Português desistira de tudo na Europa, da própria honra, inclusive, e veio ocultar-se na colônia, que era o seu amparo reconhecido. Southey, que tão perfeitamente compreendeu e acompanhou a formação desta pátria, marca, nesse fato, o termo da história colonial: ‘...de Lisboa passou para o Rio de Janeiro a sede da monarquia portuguesa. Fecha, este sucesso, os anais coloniais do

¹⁵⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. Edição crítica. Introdução de Isabel de Faria e Albuquerque e Prefácio de Martim de Albuquerque, p. [819-820]/237-238. Esta passagem é citada por Bomfim no seu *O Brasil na História*, p. 465-66.

¹⁶⁰ Id., *ibidem*, p. [830]/248.

Brasil...e esse grande país passa a assumir outro papel na história'. *Tem toda razão o inglês: de 1808 em diante, há, na antiga colônia, um Estado soberano, independente, por conseguinte, de qualquer Estado-metrópole. Haverá, depois, disjunção na fórmula portuguesa, aqui instalada com o Reino Unido, seguindo-se os esforços do Brasil a expurgar-se...Isto porém não altera a significação do caso, que nos obriga a distinguir: Independência do Brasil em face da antiga metrópole, que, apenas, lhe fica unida; separação dos dois Estados portugueses ainda unidos; soberania da nova nacionalidade...A primeira dessas condições está nesse mesmo fato a que Southey se refere; a segunda se realiza nos sucessos de 1822; a terceira, essa tem sido objeto de longa e penosa reivindicação, por isso que foi ostensivamente contrariada pela nominal independência de 7 de Setembro.*¹⁶¹

Nota-se, nos dois autores, o mesmo sentimento quanto à *soberania* de seus respectivos países. Martins, por seu lado, demonstra a perda da soberania portuguesa, como um processo, pois os ingleses já têm, de há muito, ascendência sobre o Reino de Portugal, situação especialmente mediada por Pombal. No caso do Brasil, de acordo com Bomfim, a soberania se perde a partir de um golpe fatal da história: a transferência do Estado português, seus vícios e...o próprio interesse inglês.

De qualquer modo, nesse ponto Bomfim já não é o otimista de outrora, e passa a padecer da descrença de Martins, pois a história foi, aos poucos, ganhando contornos dramáticos: tal como Portugal, os acontecimentos e os rumos da vida nacional livraram o Brasil do Reino, mas não do *bragantismo* que assaltou o Estado. O Brasil decaiu, e mesmo as esperanças republicanas, em parte já desacreditadas no *A América Latina: males de origem* – mas ainda esperanças – vão se esvaindo entre os anos 1910 e 1920, para desaguar, em 1930, na descrença com relação à “nova república”. Em Portugal a decadência foi resultado da política dos Bragança; o Brasil sofre o reflexo desse processo. Assim, a decadência da sociedade brasileira também é decorrência da

¹⁶¹ BOMFIM, M., *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930, pp.477-78.

direção política *bragantina*. A aproximação entre os dois autores é visível, pois trata-se do mesmo drama, que não chegou, até hoje, a termo. São pois, duas realidades, Brasil e Portugal, faces da mesma moeda: a cultura e o Estado ibéricos.

Por fim, o que aproxima definitivamente os dois autores, nas formulações que deram aos problemas que se colocaram, cada um a seu tempo e lugar, é o *iberismo*. Sob a síntese representada pelo conceito, síntese de uma cultura, de uma *civilização* – como coloca Martins – percebemos a dualidade que perpassa suas obras, dualidade entre o mundo europeu ou norte-americano e o mundo ibérico. Em função do *iberismo* como traço social definidor de nossa cultura, Bomfim, já no final da vida, afirma...

*“...E a nação continua a esperar...”*¹⁶²

¹⁶² *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931, 1ª edição, 2 vols., Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, 2ª edição. Prefácios de Wilson Martins e Ronaldo Conde de Aguiar, p. 584.

2. Iberismo e Americanismo

Existem, para o tema do *iberismo*¹⁶³, várias *entradas* possíveis a partir de *A América Latina: males de origem*. Afinal, o cerne do livro é a análise histórico-social do processo de colonização e posterior evolução da vida econômica, política e social do continente até o início do século passado, com vistas a comprovar que o nosso *atraso* deve-se à natureza mesmo da Península Ibérica, que o *atraso* é o mesmo indistintamente, qualquer que seja considerada a metrópole: Portugal ou Espanha.

Portanto, tudo o que caracteriza o *iberismo*, como alma da vida econômica, política e social e, especialmente, como tema de debate intelectual de vários momentos, está inscrito na reflexão *bomfiniana* de *A América Latina: males de origem*.

Basta pensarmos o que os autores querem dizer com *Iberismo*. A palavra – ou o léxico – carrega não uma, mas várias características próprias do mundo ibérico nos âmbitos da economia, da ciência e do universo intelectual, da política e do Estado, da dicotomia Ocidente/Oriente, do cristianismo – ou, especificamente, da igreja católica – do agrarismo, do patrimonialismo, do cartorialismo e do conservadorismo. Carrega uma especificidade constituída frente ao seu pólo contraposto: o *Americanismo*.

A análise crítica de Bomfim perpassa esta gama de variáveis e capta, avaliando, positiva ou negativamente, Iberismo e Americanismo. Nota-se que a mesma definição comporta negatividade ou positividade, conforme a posição do autor que adere à defesa do iberismo ou do americanismo. Mas a crítica feroz de Bomfim ao que se tomará aqui como *iberismo*, não nos autoriza absolutamente dizer que se trata de um autor *americanista*. Luiz Werneck Vianna aponta os limites, histórica e socialmente postos aos americanistas brasileiros, pela idéia de *democratização do acesso à terra*, por exemplo. Trata-se, no caso, do dilema em que os americanistas se viram ante o problema da terra: para remover o iberismo, precisariam defender a democratização da terra; por outro lado, como as classes subalternas eram em grande maioria de origem

¹⁶³ Cf. VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos in A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*, RJ, Ed. Revan/IUPERJ, 1997, pp. 125/72. Tomamos as características do Iberismo postas pelo autor ao longo do texto, especialmente à p. 132.

agrária, o medo da perda de controle social imobilizou-os. É um dilema próprio do continente sul-americano, que ilustra a especificidade e limites do liberalismo, ou melhor, os limites entre seu discurso e sua prática.¹⁶⁴

O problema do Estado

O tema Estado, embora já tratado em seção anterior, volta a ser contemplado aqui sob a perspectiva que envolve o *Iberismo*. Iberistas são definidos, no mais das vezes, como *estatistas*.

No caso de Bomfim, a reflexão supõe a análise e crítica a um *tipo* de Estado constituído historicamente em outro território, impingido às nacionalidades sul-americanas, conforme já foi apontado. Ele não surge de necessidades e perspectivas sociais, políticas, culturais e econômicas, ou seja, direcionado aos interesses locais. Os interesses são os da metrópole, sempre presentes em todas as circunstâncias. Ele não nasce aqui. Suas únicas funções são a manutenção do exclusivo metropolitano e do recebimento fiscal. Por isso se constrói através de instituições que garantam esses fins: *a força pública e a justiça*:

*“Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões...Este, porém, vasto como é, não representa nenhum serviço de utilidade pública. Compreende apenas: a força pública – para manter a máquina de exações; a justiça – para condenar; a corte e os empregados do fisco.”*¹⁶⁵

Daí os autores apontarem o Estado *fiscal* como uma característica do Iberismo. Desde o início sua razão de ser é cobrar o quinto, com os meios que se vêem na citação acima. Mais tarde, mesmo já independente da metrópole, persiste a cobrança

¹⁶⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 137.

¹⁶⁵ Cf. BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, pp. 116/17.

de pesadas cargas de impostos e tributos. No caso brasileiro, esse caráter continua na República. Já pontuamos, em outro momento, as observações de Bomfim acerca da cobrança de impostos indiretos, que recaem sobre o consumo e portanto sobre toda a população, sem progressividade, ou seja, independente da renda do tributado.¹⁶⁶

A crítica ao Estado não nos permite, contudo, perfilar Bomfim junto aos *Americanistas*. Bomfim tem clareza da característica por excelência do Estado como instituição, traço dos Estados em geral, o *monopólio da força*¹⁶⁷, e propõe, não o *Estado mínimo* liberal, mas o Estado que se constitua em síntese do interesse geral:

*“Houve tempo em que a função ideal do Estado era defender a nação contra ataques exteriores, e, no interior, defender os fracos contra os fortes. Destarte o Estado devia caracterizar-se pela força...Na sociedade moderna, os que defendem essa instituição – o Estado – e querem que ele subsista, devem justificar a sua existência, levando-o a ocupar-se de tudo o que representa o interesse geral, organizando e propagando todos esses serviços que, pela sua extensão e importância interior sobre a sociedade, se tornam indispensáveis; tudo que não tenta muito fortemente contra a iniciativa individual, tudo que não é imediatamente retribuído.”*¹⁶⁸

O Estado, para Bomfim, joga um papel importante na execução de um *projeto nacional*. Não se trata, assinala, do projeto de uma classe e a manutenção de seus privilégios, como acaba acontecendo em várias situações concretas: privilégios da *Coroa* acabaram se tornando privilégios dos que detêm o poder, daqueles que nos

¹⁶⁶ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 197. Importante assinalar que a *questão tributária*, que assume aqui caráter *iberista*, ainda persiste na sociedade brasileira. Todas as reformas e mudanças nas leis tributárias nunca foram profundas a ponto de reverter este caráter.

¹⁶⁷ Cf. BOBBIO, N. - O Significado de Política *in Curso de Introdução à Ciência Política*, Unidade I, Brasília, Ed. UnB, 1982, p. 09. Consideramos, portanto, a definição clássica de Weber, reproduzida por Bobbio: “Por Estado se deve entender uma empresa institucional de caráter político, na qual – e na medida em que – o aparelho administrativo consegue monopolizar a coerção física legítima, em vista do cumprimento da lei.” Manoel Bomfim não ignorava este caráter do Estado.

¹⁶⁸ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 193.

embates das independências latino-americanas acabaram vencendo: os conservadores.

Por outro lado, o Estado não deve abafar as iniciativas individuais, mas estimulá-las. Como poderemos ver a seguir, trata-se de uma posição a respeito do Estado, nem marcada pelo *iberismo*, nem definida pelo *americanismo*:

*“...não há político convencido de que é tão imperioso o dever de instruir o povo e estimular a produção, como o de defender a nação contra um ataque estrangeiro, e como o de ter um parlamento. Se algum, timidamente, reclama tais serviços, logo intervêm as fórmulas – “... seria o Estado providência... seria fazer o Estado industrial...” com que se mascara o abandono dos verdadeiros interesses e necessidades sociais.”*¹⁶⁹

E continua:

“Estas coisas se repetem sem que ninguém as tenha examinado para ver quanto são falsas e vãs. Não se trata de colocar o Estado ao lado de cada indivíduo, dando uma profissão a toda gente; mas quer-se que ele cumpra o seu dever – promovendo os meios gerais que facilitem a todos: o poder trabalhar e ser feliz. Reclama-se dos poderes públicos aquilo que é seu estrito dever, e eles respondem com as solenes “tiradas” sobre a iniciativa particular, suas miríficas virtudes, e o muito que lhe deve a civilização e o progresso das nações anglo-saxônicas. São discursos e arrazoados que não chegam a irritar, antes inspiram dó... Esperar-se, na América do Sul, dadas as condições de ignorância e atraso social – esperar-se que a iniciativa particular venha organizar serviços de ordem geral!... Querem que os analfabetos se resolvam a criar escolas, que o operário inculto institua o ensino profissional, ou que o

¹⁶⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 198.

fazendeiro bronco, representante de dez ou doze gerações de exploradores do trabalho escravo, se decida a gastar 300 ou 400 contos, e dedique 20 ou 30 anos a ensaiar e aclimatar culturas exóticas, e a melhorar sementes, ou a formar variedades novas de plantas, e a produzir novas raças e cruzamentos!... Se os negociantes constroem os portos, e os cidadãos organizam e pagam particularmente os rondantes noturnos, e os litigantes recorrem a árbitros de convenção, e as “Santas Casas” oferecem leitões à miséria – para que o Estado?”¹⁷⁰

O Estado, tal como formulado por Bomfim, não é, portanto, o Estado *fiscal*, *locus* onde se resolvem interesses particulares, que estimula a desigualdade econômica e política, que cultiva o analfabetismo e restringe o voto dos analfabetos¹⁷¹. Em outras palavras, não poderia ser o Estado próprio da definição de *iberismo*; por outro lado não é, tampouco, o Estado liberal, o *não-Estado*, marcado pela ausência na vida social. Aliás, Bomfim combate a retórica dos que afirmam ser o Estado anglo-saxão como realmente *mínimo*, como afirmam os *americanistas*:

“Todavia, se estes, que tão prontamente descarregam sobre o particular todas as iniciativas, se voltassem para a vida real dessas mesmas nações anglo-saxônicas, veriam que, ali, o modo de encarar a iniciativa individual é bem outro. Veriam o Estado oferecendo-lhe todos os materiais e elementos para que ela se exerça eficazmente – estimulando-a, tentando-a, provocando-a...”

“... Só por uma verdadeira aberração de crítica se pode invocar o exemplo das nações anglo-saxônicas para justificar a existência do Estado como um organismo dominador, tirânico, oneroso e quase inútil, sobre a sociedade. Ali, os poderes públicos garantem e protegem muita iniquidade, mas garantem também umas tantas liberdades, essenciais à

¹⁷⁰ Cf. *Id.*, *ibidem*, pp. 198/99.

¹⁷¹ Cf. *Id.*, *ibidem*, pp. 202/03.

*personalidade humana, e ocupam-se efetiva e eficazmente do progresso e bem estar da comunidade...*¹⁷²

É óbvio que interessa a Bomfim o que há de melhor nas realizações do Ocidente. Ele não recusa – em nenhuma hipótese – o progresso e o desenvolvimento científicos e, fundamentalmente, o desenvolvimento político e social da Europa e dos Estados Unidos. Contudo, tais metas devem estar necessariamente vinculadas ao progresso e ao desenvolvimento da humanidade em geral, e da Nação em particular, da qual se deve preservar o que possa haver de original. O progresso e o desenvolvimento são vistos por ele *contextualmente*: onde às vantagens desses fins devem-se somar as vantagens próprias da América Latina.

Daí que o Estado deva estimular a *iniciativa particular*. Isto não quer dizer estimular privilégios. Não há uma conotação liberal na proposição. A iniciativa particular está vinculada aqui, não ao *mercado*, mas antes ao *atraso*, como possibilidade vencê-lo. Mais. Está vinculada à *liberdade*, mas não como abstração, exatamente porque Bomfim não a concebe sem a *igualdade*: a justiça e o direito se vinculam à economia – como demonstra a análise, já citada, que o autor faz da carga de tributos indiretos – e à política, a partir da possibilidade de participação econômica, social e política, obstruídas pelo analfabetismo e pela ignorância. No caso dos países ex-colônias, em momentos e formas diversas, economia e política se articulam, sustentando uma classe dominante nascida e acostumada aos privilégios junto ao aparelho de Estado, e aos advindos da exploração do trabalho compulsório índio e negro:

“... Todas as classes se incorporam ao parasitismo. (...) O Estado era parasita da colônia; a Igreja parasita direta das colônias e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros,

¹⁷² Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 199

*no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das Igrejas ou nos pátios dos fidalgos.*¹⁷³

O modelo que sustentou a exploração metropolitana reproduz-se nos Estados independentes da América Latina, perpetuando a exclusão e a marginalização de amplos setores da população.

Somente o fim da ignorância, inclusive política, pode possibilitar ultrapassar o *atraso*. É no quadro ora apresentado que o autor propõe a *instrução pública* em massa, pública porque só o Estado pode possibilitá-la, rompendo o círculo vicioso. Nesse sentido, o autor parece ambíguo. Mas a ambigüidade deve-se ao fato de não se tratar nem do Estado de conformação *ibérica*, nem do Estado mínimo dos liberais. Esses recuam diante de tarefas públicas. Nem um, nem outro, concebe o Estado como executor de serviços públicos. A concepção de Estado desses dois grupos são distintas, mas convergentes, quando a questão é a *res publica*.

Neste sentido, a única possibilidade dada, no nosso contexto, para ultrapassar o atraso seria a educação pública em massa. Isso porque somente assim seria possível constituir um *sujeito social* autônomo, vencendo especialmente a cultura política de uma sociedade, até há pouco, escravocrata. Só a educação poderia constituir cidadãos de fato, porque só ela poderia promover a igualdade, estabelecendo uma liberdade de fato.

Escravidão e estratificação social

A análise do Estado latino-americano – e brasileiro – levada a cabo por Bomfim em *A América Latina*, está articulada à análise da estratificação social no Brasil. Já afirmamos, anteriormente, que economia e política – ou mais precisamente a própria

¹⁷³ BOMFIM, Manoel - *América Latina: males de origem*, RJ, Topbooks, 1993, pp. 108/109.

estrutura do Estado – articulam-se por via do *exclusivo metropolitano*. Não nos esqueçamos do lugar ocupado pelos efeitos econômicos no regime de colonização parasitária do ponto de vista de Bomfim. A articulação social, por seu lado, está dada pelo regime de trabalho adotado – no caso brasileiro por 300 anos. O *trabalho escravo*, inicialmente índio e depois negro africano – esse no Brasil e Antilhas –, é o terceiro elemento combinado àquele tipo de economia e àquele tipo de Estado. Isso ocorre mesmo após o processo de independência, quando delineia-se uma vida política supostamente autônoma. Em grande parte do território latino-americano não há coincidência entre independência e abolição. Ou ainda, a independência é adiada como condição à manutenção da escravidão. A *teoria do parasitismo* social, que estrutura o livro, está assentada exatamente sobre este tripé sócio-econômico e político – exclusivo metropolitano, exploração de impostos e escravidão – e essa articulação guarda as razões do *atraso* da América Latina.

A estrutura social, estratificação rígida e centenária, constitui-se como efeito social dos processos de exploração parasitários:

“Quanto à vida social propriamente dita... o regime parasitário tem... uma influência sensível e funesta. O primeiro efeito desses processos de exploração, desenvolvidos pela metrópole, foi preparar uma população heterogênea, instável, cindida em grupos, possuídos de ódio entre si, desde o primeiro momento, formada quase que de castas distintas. Nos campos, o colono fazendeiro, arremedo de senhor feudal, constituiu desde de logo uma fidalguia territorial, pretensiosa, arrogante, brutal, ignorante e onipotente, sobre a camada de escravos, índios ou africanos. Nos interstícios dessa malha de feudos, uma população de mestiçagem, produtos de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animadas de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada por todos os seus vícios, sem participar de nenhuma de suas vantagens, reduzida ao viver rudimentar de hordas primitivas. Em torno dos senhores territoriais, o enxame de parasitas...

*Nas cidades... se encontravam: as autoridades – o fisco, a tropa, tudo estrangeiro e hostil à colônia, todos ansiosos de enriquecer e ver chegar o dia de voltar; os comerciantes, intermediários, representantes de privilégios e monopólios, tão ligados, eles, à metrópole com os próprios funcionários, tão hostis à população nativa como os outros. Fora disto o resto da cidade é a continuação das fazendas... o escravo faz tudo, na cidade como na roça... A fradaria gorda vive igualmente nos roças e na cidade – nos campos... onde o índio é cuidadosamente explorado e sabiamente fanatizado e embrutecido; nas cidades... onde eles irradiam sobre a população ignorante e supersticiosa a sua ação deprimente... O quadro se completa com um ou outro fazendeiro, ou mineiro, ou negociante aposentado, feito usurário, proprietário, capitalista ou simples alugador de pretos escravos.*¹⁷⁴

Este quadro social reproduzia-se materialmente, não sob o regime de trabalho livre. A única forma-trabalho a produzir riqueza era a compulsória, tanto no campo quanto na cidade, como assinala o autor. Nenhum outro estrato social *produzia* ou colaborava na reprodução social. A sociedade assentava-se sobre esta estrutura. Ao contrário, nos Estados Unidos da América o Estado se forma da luta pela liberdade, a partir de uma guerra civil – a *Guerra de Secessão* – que envolveu os estados do norte contra os do sul, onde havia a predominância do trabalho compulsório.

Com o tempo surge, na cidade, uma população nova, uma população nativa das próprias cidades, a partir de indivíduos vindos de várias partes do território. As cidades são pontos de convergência de fluxos populacionais. No campo isto não acontece. Permanece uma rígida estratificação: senhor, escravo e mestiços livres. Esses, segundo Bomfim, pelo menos desenvolvem um sentimento nacional, se *nacionalizam*. Mais tarde irão disputar um lugar entre os representantes das metrópoles.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 144/45. Grifo nosso.

¹⁷⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 146.

A própria metrópole assentava-se sobre esta estrutura. Sua reprodução também dependia da produção material da colônia. Vê-se como Bomfim considera o *ethos do trabalho* ausente entre nós, como ausente também nas metrópoles:

“Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo... Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio... Quando ele recalcitra,... fazem vir negros africanos. Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo mundo vive dessa riqueza, ou diretamente – explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado... Quem não tem ainda função ativa entre os exploradores, não trata de outra coisa senão colocar-se... Os campos são abandonados; os poucos proprietários que ainda fazem trabalhar as suas terras mantêm os domínios numa semi-servidão; as populações rurais vivem numa ignorância absoluta... Todo mundo corre para as cidades, e a cidade é o parasitismo, pois que não há indústria, não há trabalho...”¹⁷⁶

O mundo social metropolitano se reproduz aqui, trazendo consigo o hábito do *não-trabalho*. A ética do trabalho não configura a sociedade metropolitana, dado tanto o mimetismo quanto o escravismo, e por muito tempo nem aqui existirá. Contudo aqui está a garantia de reprodução daquele mundo. Ao mesmo tempo que se importa o *espírito* metropolitano – a ausência do *ethos* do trabalho – exporta-se a produção material que garantirá sua reprodução. Essa *ética do não-trabalho* se reproduzirá aqui culturalmente, como *tradição*:

¹⁷⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 116/17.

“Só escravo trabalhava, só ele era produtivo: ‘nenhum braço português tocava os engenhos, nas roças de S. Tomé ou do Brasil’. E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição. Ainda hoje, mesmo os homens que conseguiram pelo seu labor próprio e esforço pessoal uma situação social desafogada e próspera, mesmo estes, só aspiram para os filhos às profissões em que lhes parece que não será preciso trabalhar...”¹⁷⁷

A escravidão não foi um mal restrito somente ao seu caráter abjeto e desumano. Mais que isso, criou ainda uma cultura. Que ética poderia surgir de tal situação senão a que, ainda hoje, preside o mundo das relações sociais na América Latina, ademais no Brasil? Este é um traço tipicamente ibérico, em contraposição ao *ethos do trabalho* anglo-saxão/americano, que se estabelece sob o pressuposto da liberdade, como já afirmamos, contra a escravidão.

Pois bem. Esta cultura surge do encontro de um mundo de privilégios com um mundo baseado no trabalho escravo que se organiza em torno de núcleos produtivos agrários. Em várias oportunidades Bomfim os chama *feudos*, certamente em função da natureza rígida das posições de cada uma das partes que compõem sua estrutura social: *senhor*, escravo e, mais tarde, mestiços livres.

O núcleo produtivo, baseado estritamente na agricultura, é uma das causas diretas da falta de desenvolvimento, da inexistência do *progresso*; eis um tema recorrente e objetivo analítico que permeiam todo o livro. O autor mostra que no modelo implantado isto ocorre porque é desnecessário o aperfeiçoamento do escravo, já que a *produtividade* alcança-se somente através de meios absolutos: como o chicote garante que não haja *poros* no processo de trabalho – o escravo trabalha cada segundo¹⁷⁸ – o

¹⁷⁷ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 132.

¹⁷⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 131. “*Tiravam-se ao escravo quatorze, dezesseis horas de trabalho por dia; mas esse trabalho se fazia segundo métodos tão grosseiros e primitivos que não produzia o que se poderia produzir em três ou quatro horas de trabalho inteligente.*”

aumento da produtividade só é possível com o aumento do número de escravos. Não há preocupação, desta feita, com desenvolvimento técnico:

“A escravidão na América, com o ser uma perturbação à evolução normal do trabalho – que já era, geralmente livre e pacífico em todo o Ocidente (deixemos de lado, por hora, a moral e a justiça) – a escravidão produziu aqui males especiais. Estabelecidos em terras feracíssimas, ou em face de mina, e não tendo outro intuito que o lucro imediato, o colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo o que era preciso. Ele não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade. Se os lucros não lhe pareciam bastantes, era só aumentar o número de escravos. Já ignorante, já retrógrado por educação, como iria ele pensar em modificar os processos de produção, aperfeiçoar instrumentos de trabalho, dar tratos ao talento para achar lavouras mais remuneradas, quando tinha um meio seguro, infalível e simples – crescer o número de escravos?...”¹⁷⁹

A agricultura acaba por tornar-se retrógrada pela natureza da exploração, pela natureza da produção, pela natureza do trabalho nela empregado. Disso resulta a concentração de terras. O tamanho da propriedade é um fator que pesa sobre a manutenção desta estrutura. O latifúndio é historicamente determinado pelos processos de ocupação, desde as capitanias. De qualquer forma obedeceu a um processo de concessão àqueles de escolha da Coroa, garantindo-lhe o processo de exploração colonial numa relação de privilégios e fidelidade na conservação do *status quo*. Privilégios que até hoje se quer conservar. Vê-se que o *conservantismo*, um dos temas de que trata Bomfim, nasce de privilégios advindos de um mundo estritamente agrícola.

¹⁷⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 130. Grifos nossos.

Logo, além da natureza conservadora dada pela forma de exploração da terra, há a cristalização *mental* de que só a manutenção deste mundo garante tais privilégios.

Por outro lado, se Bomfim investe contra a *forma retrógrada* da produção nas lavouras, propondo desenvolvimento de processos, aperfeiçoamento de ferramentas e pesquisa de grãos, de forma a aumentar a produtividade desse setor, investia violentamente contra a idéia – recorrente no pensamento do período – da suposta *vocação agrícola* do Brasil.

É, curiosamente, ao fazer a crítica ao *bacharelismo* dos intelectuais, que usa o exemplo de tal *vocação* para demonstrar o quanto o mundo intelectual é incapaz de compreender a América Latina, e especificamente o Brasil. O exemplo é o da aceitação de fórmulas, especialmente as de estrangeiros que ignoram nossa realidade, ou mesmo a de “bacharéis nativos”:

“Portugal explorava o Brasil, e, para garantir uma exploração fácil e completa, determinou que a colônia fosse exclusivamente agrícola; assim foi, e a tradição ficou. Um dia, um estadista retórico, cujas idéias políticas eram essas mesmas – do estado colonial – formulou: O Brasil é uma nação essencialmente agrícola. Foi o bastante, e ficou assim consagrada a rotina econômica; ninguém teve coragem de tomar esta inépcia, e mostrar o quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que seja, como puramente agrícola.”¹⁸⁰

O fato é que o *agrarismo* o irritava, não só por ser um traço clássica e nitidamente *ibérico*, portanto extremamente conservador, mas por ser ainda provinciano, tecnicamente retrógrado, enfraquecendo economicamente a nação no jogo de forças internacional. Em nota de rodapé exprime-se assim:

¹⁸⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 174.

“... Em tempos (tais eram os interesses da metrópole), o Brasil produzia açúcar; depois, produziu ouro, depois café, e café e borracha. Variam os gêneros, mas não varia a condição. Tal regime será o de uma nação?... Uma nação é um organismo completo, bastando-se a si mesmo. Só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política. Não é o nosso caso... economicamente não há diferença entre o Brasil de 1800 e o de hoje. Era uma colônia vassala; é, hoje, uma colônia independente...”¹⁸¹

Não há dúvida que uma nação de economia baseada na agricultura está em desvantagem no âmbito da economia internacional, está tecnicamente um passo atrás. Neste sentido, cabe ao Estado a consecução de um *projeto nacional* que seja capaz de proporcionar uma inserção soberana do país no mercado internacional. Seguindo a citação acima, na mesma nota, Bomfim constata:

“... Há oitenta anos que a nação se emancipou – que tem feito o Estado para levá-la a esta independência econômica? Nada; pelo contrário, atua como um elemento conservador, orientado como tem sido, geralmente por essas classes refratárias, rotineiras...”¹⁸²

Pari passu, tal projeto articula-se a reformas internas das quais uma é fundamental: a já citada *instrução pública* em massa no quadro de uma inversão das opções de investimento público, especialmente maior em educação e saúde, inversamente proporcional ao investimento militar.¹⁸³

Uma ambigüidade emerge do fato de Bomfim propor as reformas – instrução pública à frente – a partir do Estado. Contudo ele tem clareza de que este o Estado é dominado por grupos sociais determinados, contrários a essas mudanças. Como, então, efetua-las?

¹⁸¹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 175, nota 39. Grifos nossos.

¹⁸² Cf. *Idem, Ibidem*, p. 175, nota 39.

¹⁸³ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 196.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lapso temporal entre 1905, quando vem a lume *A América Latina: males de origem*, e 1925, ano em que Bomfim finaliza *O Brasil na América*¹⁸⁴, joga naturalmente um papel importante na maturação do pensamento do autor, a ponto de acirrar o diagnóstico – já radical e original em 1905. Na oportunidade, Bomfim denunciava o racismo científico e os efeitos perversos do trabalho escravo negro e índio; criticava o engodo *democrático* que restringia o voto do analfabeto num país de analfabetos; desvelava o lado sinistro da tributação baseada no imposto indireto e não no imposto direto e progressivo sobre a renda, ironizava a suposta *vocação agrária* do Brasil ou apontava o gigantesco e violento conservadorismo das elites e o bacharelismo e o cientificismo das “elites intelectuais”.

Se durante a consecução da “*trilogia do Brasil*” o diagnóstico toma contornos dramáticos pela decepção e frustração com a República e pelo câncer que o debilita pouco a pouco, a proposta de solução, se podemos dizer assim, radicaliza-se: em 1905, no *A América Latina*, ela aparece para Antonio Cândido¹⁸⁵ como uma “*panacéia ilustrada*”, representada pela proposta da educação¹⁸⁶ pública e em massa; em 1931, 26 anos depois, ele verá a *revolução nacional-popular* como o único caminho a seguir para superar nosso atraso.

De outra parte, ao caminhar para a análise do Brasil, em *O Brasil na América*, Bomfim vai exprimir a especificidade brasileira diante do continente como *especificidade da especificidade* do português na Península Ibérica.

¹⁸⁴ BOMFIM, M., *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, 1ª edição. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2ª edição. Prefácio de Maria Thétis Nunes, p. 15.

¹⁸⁵ CÂNDIDO, A., *Literatura e Subdesenvolvimento in A Educação pela Noite e outros ensaios*, São Paulo, Ed. Ática, 1987, pp. 140-162. A citação está entre as páginas 146-47. O texto, conforme informa o próprio autor ao final desta edição, foi publicado em língua portuguesa na revista *Argumento*, I, 1, outubro/1973.

¹⁸⁶ Sobre o significado da educação na obra de Bomfim e no contexto da Primeira República, Cf. BOTELHO, André, *O Batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*, Campinas, Tese/Unicamp, Orientação: Profª. Dra. Élide Rugai Bastos, 1997, lançada como livro com o título *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*, Campinas, Ed. Unicamp, 2002.

Nesse sentido, acaba por concluir que não há uma unidade continental, nem mesmo há unidade entre os países de colonização espanhola. A formação das nações é vista do modo como já indicamos: a convivência histórica acaba por determinar laços específicos que resultam na constituição da coesão social de um grupo populacional, e este, por sua vez, acaba por reconhecer-se em sua particularidade, que se expressa na idéia de nação, por um *sentimento* nacional. Haveria, desta forma, mais diferenças entre o Brasil e as outras nações latino-americanas, do que entre Portugal e Espanha propriamente.

A base dessa proposta são as obras de Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*, *História de Portugal* e *O Brasil e as colônias portuguesas*. O autor denomina a Península Ibérica como *civilização*, formada a partir de um caldo de culturas confluentes, levadas por godos e visigodos, romanos e árabes. A Península é um ponto de encontro entre oriente e o ocidente. Tanto que o autor aponta a necessidade, ao seu tempo, de *modernizar* Portugal – e a própria Península – alinhando-a à Europa do ponto de vista do progresso, da ciência, da instrução – daí seu projeto da já mencionada *Biblioteca das Ciências Sociais* –, e principalmente, no plano político e cultural, quando defende a democratização do país. Martins se movimenta entre a idéia de uma *civilização peninsular* que tem, portanto, identidade própria com relação à Europa – levando-se em conta seus caracteres gerais – e a idéia da *especificidade* de Portugal relativamente à Espanha.

Isso demonstra que, mais do que reproduzir centenas de linhas das obras de Oliveira Martins, como apontou Silvio Romero, Bomfim sofre grande influência do autor português sob aspectos mais profundos. Na verdade, as críticas de Bomfim ao *racialismo* de Martins jogam como que uma cortina de fumaça sobre as importantes adoções que ele faz de concepções presentes na obra daquele.

Bomfim avança, de qualquer forma, muito mais que Martins – naturalmente em função do contexto – na discussão da questão da *igualdade*. O fato daquele adotar concepções bio-positivistas e aceitar o *darwinismo social* já turva e limita suas concepções de igualdade: ela se poria desde um ponto de vista europeu e ibérico. Para Bomfim não há diferenças entre povos e raças, o que os coloca em igualdade de condições ante a natureza e, portanto, com a mesma capacidade de desenvolvimento

material ou cultural. O que existiria seriam momentos diferentes em que se encontram povos ou civilizações numa escala evolutiva. Esse é o ponto chave. Daí passa Bomfim a denunciar uma dominação que necessita justificativa, dominação que se dá com vistas a interesses econômicos.

Isto o faz um nacionalista de cepa diferente. Um *nacionalista* que propõe a existência de uma *tradição*, mas não uma tradição e uma história excludentes, que não considerem a diversidade. Do ponto de vista interno, a proposta é includente. Por isso a sua concepção de progresso é *sui generis*, pois é balizada pela igualdade, o que demonstra que sua adesão aos ditames do seu tempo não são irrefletidas, apesar de pontos de limitação, como a influência do organicismo ou do evolucionismo. Em outros termos, seu organicismo e seu evolucionismo não foram impeditivos da percepção dos problemas referentes aos limites de uma posição racista e determinista. Nesse sentido, antecipou teses que só mais tarde seriam desenvolvidas pelas ciências sociais no Brasil

Bomfim não estava adiante de seu tempo, como quis Dante Moreira Leite, mas sim vislumbrou realidade e *crise*, as urgências do país nos dois momentos – em 1905 e final dos anos 1920 – de forma distinta de seus contemporâneos. Teve contato com a mesma realidade que eles, mas produziu uma síntese diferente. Não fosse assim, ele teria usado outra expressão que não *parasitismo* no início do século, ou teria aderido sem mais aos episódios de 30.

Justamente o fato de não nutrir ilusões com relação a 1930, pode ser considerado uma das razões para seu esquecimento, a nosso ver. Nessa oportunidade, anotou a ausência de um proletariado urbano consistente, e de consciência revolucionária entre os trabalhadores do campo:

“O proletariado brasileiro mal se define como classe, tanto se continua nele o escravo de ontem, espoliado de tudo, sem hábito, sequer, de levantar os olhos. Nos campos o trabalhador mal implantado na terra, muitas vezes, sem motivos para amá-la, indiferenciado. Nos grandes, e raros, centros urbanos, uma organização industrial ainda escassa, com um operariado tão reduzido, e, em muitos casos, tão

*alheio às condições históricas do resto da nação, que não poderia incorporar a realização integral da revolução.*¹⁸⁷

Então, da proposta inicial da instrução pública e em massa do povo, como forma redenção da nação, Bomfim passou, ao final da vida, a defender a revolução nacional e popular, não nos moldes da Revolução Russa, mas talvez nos moldes da Revolução Mexicana.

Por fim, resta dizer que Bomfim é um exemplo interessante de como o intelectual e sua obra são marcados pelos contextos em que vivem, pelas posições dos grupos sociais a que pertencem. Os dois contextos de surgimento de seus ensaios histórico-sociais definiram propostas diferentes para mudanças essenciais na vida nacional. Após anos de dedicação à própria educação, após os acontecimentos como a Primeira Grande Guerra, o Tenentismo, a Semana de Arte Moderna, sob influxos nacionalistas da época, uma reação ao imperialismo, acabou por propor uma *Revolução Nacional* como solução de nossos *males*.

¹⁸⁷ BOMFIM, M., *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Topbooks, RJ, 1996, 2ª ed., 1ª ed. 1931, p. 570

BIBLIOGRAFIA

I. Manoel Bomfim

Das Nephrites – tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1890

Prática da Língua Portuguesa – livro de composição para curso complementar das escolas primárias (em colaboração com Olavo Bilac), Rio de Janeiro, 1899

Livro de Leitura – para curso complementar das escolas primárias (em colaboração com Olavo Bilac), 2ª edição, Rio de Janeiro, 1901

Zoologia Geral – Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1902

O Fato Psíquico – Rio de Janeiro, 1904

Das Alucinações “Auditivas dos Perseguidos” – São Paulo, Typografia Espíndola, 1904

Elementos de Zoologia e Botânica Gerais – adaptação das obras *Anatomia e Psicologia Vegetais* de Lamounette, Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1905

A América Latina: males de origem – Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1905, 1ª edição - Rio de Janeiro, Topbooks, 1993, Prefácios de Darcy Ribeiro, Franklin de Oliveira e Azevedo Amaral. 4ª edição

Através do Brasil – livro de leitura para o curso médio das escolas primárias (em colaboração com Olavo Bilac), SP, Companhia das Letras, 2000. Organização e Introdução de Marisa Lajolo, 1ª edição de 1910

Lições de Pedagogia – teoria e prática da educação, Rio de Janeiro, Livraria Escolar, 1915

A Obra do Germanismo – Rio de Janeiro, Bernard Frères, 1915

Noções de Psicologia – teoria e prática da educação, Rio de Janeiro, Livraria Escolar, 1916

Pensar e Dizer – estudo do símbolo no pensamento e na linguagem, Rio de Janeiro, casa Electros, 1923

O Método de Testes – com aplicação à linguagem do ensino primário (em colaboração com Ofélia e Narbal Fontes), s/e, s/d

- O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, 1ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, Prefácio de Maria Thétis Nunes, 2ª edição
- O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930, 1ª edição
- O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931, 1ª edição, 2 vols., Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, Prefácios de Wilson Martins e Ronaldo Conde de Aguiar, 2ª edição
- Cultura e Educação do Povo Brasileiro: pela difusão da instrução primária*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1932
- O Brasil*, coletânea organizada por Carlos Maúl, São Paulo, Ed. Nacional, 1935, Coleção Brasileira, vol. 47

II. Geral

- ABREU, Capistrano de - *Capítulos de História Colonial*, Belo Horizonte, Itatiaia, 7ª edição revista, anotações e prefácio de José Honório Rodrigues; São Paulo, Publifolha, 2000-Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro
- AGUIAR, Ronaldo Conde - *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2000. Tese premiada como Melhor Tese de Doutorado do I Concurso Brasileiro CNPq-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais 1999.
- ALVES FILHO, Aluizio - *Pensamento Político no Brasil; Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979
- ARANTES, Paulo E. - O Positivismo no Brasil *in* *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, julho de 1988, nº 21
- ARENDDT, Hannah - *As Origens do Totalitarismo*, Companhia das Letras, SP, 1997
- BASTOS, Élide Rugai - "Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional." In: M. Izabel L. Faleiros e Regina A. Crespo. *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: UNESP, 1996

- _____ - *Visão do negro antes e depois de Gilberto Freyre*. Jornal da Tarde, 18/11/95, p.4
- BOBBIO, N. - O Significado de Política *in Curso de Introdução à Ciência Política*, Unidade I, Brasília, Ed. UnB, 1982
- BOTELHO, André Pereira - *O Batismo da Instrução; atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*, Campinas, Tese/Unicamp, Orientação: Profª. Dra. Élide Rugai Bastos, 1997
- CÂNDIDO, Antonio - "A Sociologia no Brasil" *in Enciclopédia Delta –Larrousse*, vol. 4, Rio de Janeiro, Delta, 1964
- _____ - *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, 2 volumes, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964
- _____ - *Literatura e Subdesenvolvimento in A Educação pela Noite*, São Paulo, Editora Ática, 1987
- _____ - *Radicalismos in Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 4/8, 1990, p. 4-18
- _____ - *Os Brasileiros e a Nossa América in Recortes*, SP, Companhia das Letras, 1993.
- CORRÊA, Mariza - *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, 2ª ed. revista, Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2001
- DIMAS, Antonio - A encruzilhada do fim do século *in Ana Pizarro (org.) América Latina: palavra, literatura e cultura*, São Paulo, Fundação Memorial, Campinas, Unicamp, 1994, vol. 2
- FRANCHETTI, Paulo. *Oliveira Martins e o Brasil*, Campinas, mimeo, 2002
- FREYRE, Gilberto - *Casa Grande & Senzala*, Ed. Record, RJ, 1992, p. 92, 29ª edição
- GORENDER, J. - Correntes Sociológicas do Brasil *in Estudos Sociais*, RJ, 1958, nº 3-4
- HOBBSBAWN, E. J. - As certezas solapadas: as ciências *in A Era dos Impérios, (1875-1914)*, Paz e Terra, RJ, 1992
- _____ - *Sobre História*, Companhia das Letras, SP, 1998
- HOLANDA, Sérgio B. de - *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 26ª edição, Prefácio de Antonio Cândido, Posfácio de Evaldo Cabral de Mello
- IANNI, Octavio - *O Labirinto Latino Americano*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1993.

- _____ - *Escravidão e racismo*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978
- LEITE, Dante M. - *O Caráter Nacional Brasileiro*, São Paulo, Pioneira, 1969
- _____ - *O Império Brasileiro (1822/1889)*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1989
- _____ - *Obra Seleta*, Rio de Janeiro, INL, 1971
- LÖWY, Michael - *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, SP, Ed. Busca Vida, 1990
- MANNHEIM, K. - *O Pensamento Conservador in Introdução Crítica à Sociologia Rural*, SP, Hucitec, 1986, Org.: José de Souza Martins
- MARTINS, J. P. de Oliveira - *O Brasil e as colônias portuguesas*, Guimarães e Cia. Editores, Lisboa, 1953, 6ª edição
- _____ - *História da Civilização Ibérica (1879)*, Lisboa, Guimarães Editores, 1994, 12ª edição, Nota Inicial de Guilherme D'Oliveira Martins, Prefácio de Fidelino Figueiredo
- _____ - *História de Portugal (1879)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 Edição crítica. Introdução de Isabel de Faria e Albuquerque e Prefácio de Martim de Albuquerque
- MAÚL, Carlos - *O Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1935, Coleção Brasileira, vol. 47. Coletânea de textos de Manoel Bomfim.
- RODRIGUES, Nina - *Os Africanos no Brasil*, Cia. Ed. Nacional, 1932
- ROMANO, Roberto - *A Astúcia do Positivismo in Brasil: igreja contra estado, crítica ao populismo católico*, São Paulo, Kairós, 1979
- ROMERO, Sílvio - *A América Latina (analyse de livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*, Porto, Livraria Chardon, 1906
- _____ - *A Pátria Portuguesa: o território e a raça*, Lisboa, A. M. Teixeira, 1906
- _____ - *A Propósito da "América Latina" in Provocações e Debates*, Contribuições para o estudo do Brasil social, Porto, Chardon, 1910
- SCHWARCZ, Lilia Moritz - *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993
- SCHWARCZ, Lilia Moritz & QUEIROZ, Renato da Silva - *Raça e Diversidade*, Edusp, 1996

- SILVA, J. M. de Oliveira - *Da Educação à Revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*, São Paulo, USP, 1990, Tese de Mestrado, Orientador: Marcos A. da Silva, (mimeo)
- SKIDMORE, Thomas E. - *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- SODRÉ, Néelson W. - *A Ideologia do Colonialismo. Seus Reflexos sobre o Pensamento Brasileiro*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1984, 3ª edição
- _____ - *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, 5ª edição
- _____ - *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, ISEB, 1960
- SÜSSEKIND, F., VENTURA, R. - *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo, Ed. Moderna, 1984
- VENTURA, Roberto - *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991
- VIANNA, Luiz Werneck - *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos in A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*, RJ, Ed. Revan/IUPERJ, 1997

Este trabalho foi inspirado ainda pelas seguintes obras:

- BERTONHA, Ivone - *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*, São Paulo, Tese de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987 (mimeo)
- BOSI, Alfredo - *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1978
- _____ - *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- CARONE, E. - *Primeira República (1889-1930), Texto e Contexto*, São Paulo, Difel, 1973, 2ª edição
- CARVALHO, José Murilo de - *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990

- _____ - *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991
- CHACON, Valmireh - *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965
- _____ - *História das Idéias Sociológicas no Brasil*, São Paulo, EDUSP/Grijalbo, 1977
- CRUZ COSTA, João - *Contribuição à História das Idéias no Brasil* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977
- DONGHI, Túlio H. - *Proyecto y Construcción de una Nación*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1980
- FERNANDES, Florestan - *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, 2 volumes, São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965
- _____ - *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975
- FERREIRA, Oliveiros S. - *Nossa América: Indoamérica*, São Paulo, Pioneira, 1971
- FURTADO, Celso - *Formação Econômica da América Latina*, Lia Ed., 1970
- _____ - *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962
- IGLÉSIAS, Francisco - *A Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1993
- MACHADO NETO, A. L. - *Estrutura Social- República das Letras- Sociologia da Vida Intelectual Brasileira (1870-1930)*, São Paulo, 1970, Grijalbo/EDUSP, 1973
- MARIÁTEGUI, J. C. - *O Íbero-Americanismo e o Pan-Americanismo in Mariátegui: Política*, São Paulo, Ed. Ática, 1982, pág. 130/133, Org. de Manoel Belloto e Anna Maria M. Corrêa. 1ª edição: 1925
- _____ - *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 33/72. 1ª edição: 1928
- MARTÍ, José - *Vindicación de Cuba in Retamar*, Letras Fieras, La Habana, Cuba, Ed. Letras Cubanas, 1985, pág. 52/7. 1ª edição: 1928
- MARTINS, Wilson - *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977/78, Vols. 5 e 6
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi - *A Questão Nacional na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1990

- ORTIZ, Renato - *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985
- PÉCAUT, Daniel - *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*, S. Paulo, Ed. Ática, 1990
- PRADO JÚNIOR, Caio - *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1977, 20ª edição. 1ª edição: 1945
- RIBEIRO, Darcy - Manoel Bomfim, Antropólogo *in Revista do Brasil*, Governo do Estado do Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, 1984
- _____ - *América Latina: a pátria grande*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986
- RODO, José Enrique - *Ariel*, Campinas-SP, Unicamp, 1991
- SALVADOR, Frei Vicente de - *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1918, Weiszflog Irmãos
- SEVCENKO, Nicolau - "O Fardo do Homem Culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano" *in Revista de Cultura Vozes*, nº 9, nov. 1980, pp. 66-9
- _____ - *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1983
- SKINNER, Quentin - Significado y Comprensión en la Historia de las Ideas *in Prismas: revista de historia intelectual*, Quilmes, UNQ, 2000, nº 4
- SOUTHEY, Robert - *História do Brasil*, S. Paulo, Melhoramentos, 1977, 4ª edição
- UGARTE, Manuel Baldomero - *La Patria Grande y otros textos*, Buenos Aires-Argentina, Ediciones Theoría, 1996, 2ª edição
- VASCONCELOS, José - *La Raza Cósmica*, México-DF, Espasa-Calpe Mexicana, 1982. 1ª edição 1948
- ZEA, Leopoldo - *Il Pensamiento Latinoamericano*, Peru, Ed. Pormaca, 1961